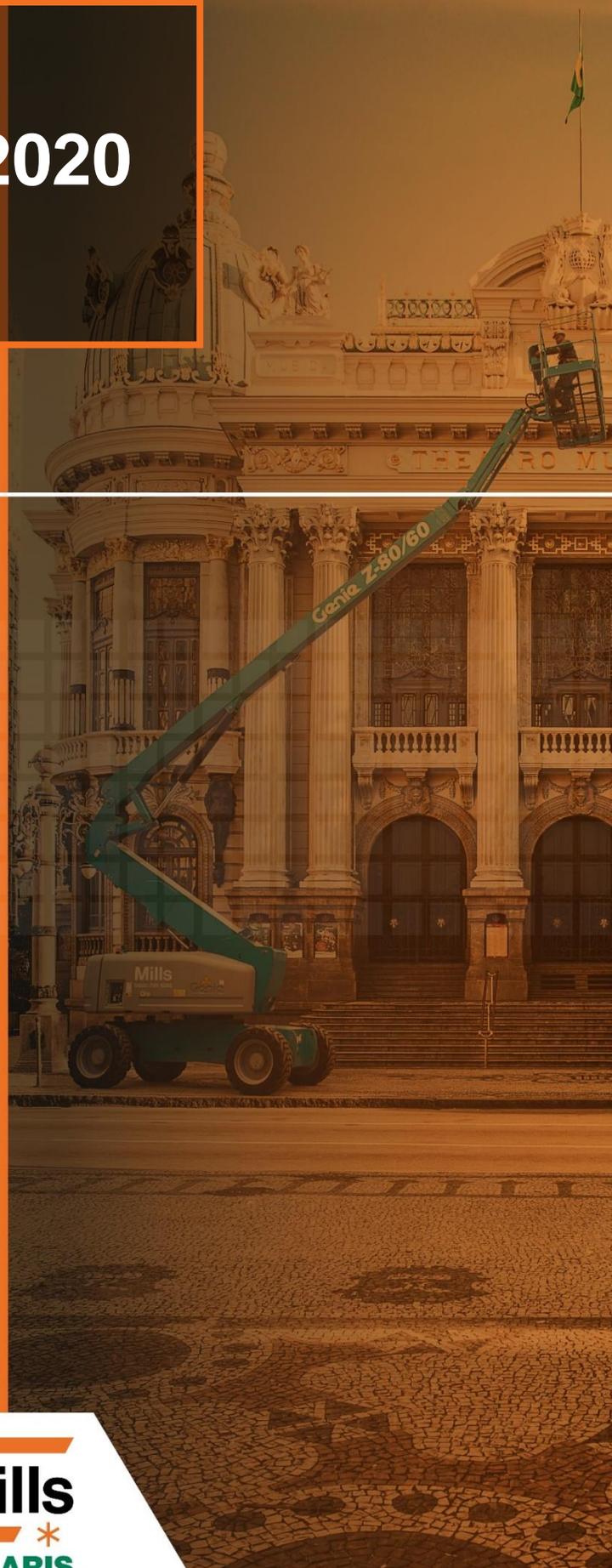


Relatório de Administração 2020

B3:MILS3



As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

Mills
*
SOLARIS

[B]³
BRASIL
BOLSA
BALCÃO


NOVO
MERCADO
BM&FBOVESPA

Índice
SmallCap
SMLL

Índice de
Ações com Tag Along
Diferenciado
ITAG

Índice de
Governança
Corporativa Trade
IGCT

Índice
Brasil Amplo
BM&FBOVESPA
IBRA

1. Mensagem do Presidente	03
2. Descrição Geral do Negócio	05
3. Combinação de Negócios entre Mills e Solaris	05
4. COVID-19	06
5. Nova Estrutura Organizacional	07
6. Desempenho Operacional e Financeiro Consolidado	08
7. Rental	
6.1 Receita Líquida Consolidada	09
6.2 Taxa de Utilização (Física)	09
6.3 Custos e Despesas Consolidados	10
6.4 EBITDA e margem EBITDA	10
8. Construção	
8.1 Receita Líquida	11
8.2 Taxa de Utilização (Física)	11
8.3 Custos e Despesas	12
8.4 EBITDA e margem EBITDA	12
9. Desempenho Operacional e Financeiro	
9.1 Itens Não-recorrentes	13
9.2 EBITDA e margem EBITDA	13
9.3 Reconciliação EBITDA	14
9.4 Resultado Financeiro	15
9.5 Resultado Líquido	15
9.6 Endividamento	15
9.7 Fluxo de Caixa Ajustado	16
9.8 Investimentos	16
10. Valores Combinados	
10.1 Desempenho Financeiro	17
10.2 Sinergia	18
11. Comportamento das Ações (B3: MILS3)	19
12. Governança Corporativa	20
13. Sustentabilidade	21
14. Gestão de Pessoas	23
15. Relacionamento com Auditores Independentes	24

1. Mensagem do Presidente

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia causada pelo COVID-19, a qual ainda se estende nos dias de hoje e continua a desafiar autoridades, sistemas de saúde, economias, empresas e a população ao redor do Mundo no sentido de contê-la.

Na Mills, tomamos diversas ações para mitigar os impactos causados por essa crise, especialmente no que se refere à saúde dos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, das suas famílias. Considerando que nossos equipamentos foram e são utilizados em várias atividades chamadas essenciais, enfrentamos o desafio de manter as nossas operações em pleno funcionamento, adaptando as nossas rotinas de trabalho para incluir novos protocolos de saúde e segurança.

Com a atuação de um Comitê Interno de perfil multidisciplinar, instituído especificamente para cuidar das ações relacionadas ao tema e inteiramente alinhado aos nossos valores e cultura organizacional, adequamos o trabalho operacional nas filiais, intensificamos os procedimentos de higiene e limpeza, implementamos o home office para atividades administrativas, reduzimos o número de viagens e suspendemos eventos com aglomerações. Também conseguimos, entre outras ações, manter as agendas de treinamento, de desenvolvimento e retenção de talentos e não reduzimos a força de trabalho por conta da pandemia, o que sabemos ser de suma importância não só para os nossos colaboradores e suas famílias, mas também para a retomada da economia brasileira.

Todo esse esforço foi reconhecido pelo nosso time. Uma pesquisa interna comprovou que 95% dos nossos colaboradores se sentiram apoiados em suas atividades durante a pandemia e que 89% deles se sentem totalmente seguros trabalhando em nossas instalações.

Essa capacidade de adaptação e de enfrentamento da crise causada pelo COVID-19 aliada à estratégia de diversificação da base de clientes da Mills implementada ao longo dos últimos anos, resultou em sólidos indicadores econômico-financeiros registrados ao fim de 2020. Mesmo com a redução de 4,1% do PIB Brasil, a Companhia fechou 2020 com aumento de 2,6% das suas receitas de locação e de 16,1% do seu Ebitda Ajustado (ambos sobre o ano anterior em bases combinadas), resultando também na interrupção, a partir do 3T20, de uma sequência de prejuízos trimestrais que se estendia há seis anos, fechando o 4T20 novamente com lucro líquido (R\$ 7,6 milhões).

Na Unidade de Negócios Rental, responsável por 86% das receitas de locação da Mills em 2020, também avançamos na integração de filiais e aperfeiçoamos nossos processos de gestão de relacionamento com o cliente, com foco em aumentar a agilidade na apresentação de propostas comerciais e a eficácia na comunicação. Já na Unidade de Negócios Construção, atingimos R\$12,0 milhões de Ebitda Ajustado, superando a meta de *breakeven* buscada desde 2019, em linha com a estratégia de recuperação dessa unidade. Tais performances nos fazem crer que estamos no caminho certo de melhoria dos nossos serviços e resultados.

1. Mensagem do Presidente (continuação)

Do ponto de vista financeiro, 2020 foi um ano de foco na preservação de caixa e na melhoria do perfil da dívida. Assim, suspendemos temporariamente alguns investimentos para enfrentamento da crise, implementamos a gestão matricial de despesas, renegociamos faturas com nossos fornecedores, atuamos na regularidade dos nossos recebimentos, alongamos R\$ 22 milhões de dívida então existente na Solaris e emitimos um total de R\$ 184 milhões em novas debêntures, o que tornou nosso endividamento mais barato e mais alongado, se comparado ao ano anterior. Com essas e outras ações, combinadas à performance das nossas unidades de negócio, encerramos 2020 com R\$ 378,9 milhões em caixa e endividamento bruto de R\$ 207,7 milhões, preparados para os próximos desafios e oportunidades.

Cientes de que 2021 ainda será um ano de combate à pandemia e seus efeitos, as conquistas de 2020, juntamente com as expectativas para a economia brasileira em 2021 e os nossos projetos de melhoria, nos permitem olhar para frente com otimismo. Com a nossa atenção voltada para o crescimento e transformação da Companhia, buscaremos oportunidades de expansão dos negócios e de melhoria do nível de serviço prestado aos nossos clientes. Avançaremos nos investimentos em tecnologia e inovação, na adequação dos nossos equipamentos e na melhoria de processos, buscando tornar a Mills cada vez mais ágil e simples. Também atuaremos no desenvolvimento da nossa cultura organizacional e das nossas pessoas, base de tudo o que somos e de tudo o que queremos ser, bem como intensificaremos nossas iniciativas voltadas para ESG, buscando uma geração de valor de forma crescente e sustentável.

Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e comprometimento no ano de 2020, bem como o apoio dos nossos clientes, fornecedores, acionistas, conselheiros e demais públicos e parceiros.

Boa leitura!

Sergio Kariya
Presidente da Mills

2. Descrição Geral do Negócio

Temos mais de 68 anos de história e somos a empresa pioneira em soluções para trabalhos em altura para os mais variados segmentos da economia, sendo a maior empresa de locação de plataformas áreas da América Latina e, com soluções de engenharia diferenciadas, a líder no mercado de fôrmas e escoramentos no Brasil.

Estamos presentes em todo o território nacional, proporcionando uma relação mais próxima do cliente e rapidez no atendimento para prover a solução mais adequada para cada tipo de desafio. A qualidade diferenciada da formação do nosso time, aliada à experiência diversificada e parcerias internacionais com empresas líderes de mercado, nos permite entregar soluções customizadas e com a mais avançada tecnologia.

Na unidade de negócios Rental, possuímos uma vários tipos de equipamentos, tais como: plataformas aéreas, geradores, compressores de ar e torres de iluminação. Atuamos na locação e vendas dos equipamentos, bem como de suas peças e componentes, e na assistência técnica para diversos segmentos do mercado, como indústria, comércio, infraestrutura, serviços e entretenimento, sempre maximizando benefícios e reduzindo riscos.

Já a nossa unidade de negócios Construção atua basicamente na locação e venda de formas e escoramentos para construção civil, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.

Nós desfrutamos de forte reputação em função da prestação de serviços de maneira consistente, confiável e com qualidade, observando todas as normas técnicas de segurança. Mantemos nosso compromisso de ser uma empresa completa, ágil e confiável.

3. Combinação de negócios entre Mills e Solaris

Em 10 de maio de 2019, foi concluída a combinação de negócios com a Solaris e foi celebrado o Acordo de Acionistas entre a Família Nacht, Southern Cross Group e Sullair Argentina.

A combinação de negócios consolida o protagonismo da Mills no mercado brasileiro de locação de plataformas aéreas e resulta num *mix* de produtos mais atrativo, com uma frota total de aproximadamente 8 mil equipamentos, o que também gera uma maior capacidade para atender os seus mais de 6 mil clientes ativos e os potenciais clientes dos mais variados setores da economia e regiões do Brasil.

Na mesma data, em decorrência da Combinação de Negócios, foram emitidas pela Companhia 76.056.038 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor dos acionistas da Solaris, os quais receberam, então, 0,4927615448 ações da Mills para cada 1 ação ordinária de emissão da Solaris.

Com a otimização das operações, as melhores práticas de ambas as empresas e a absorção de sinergias, a Companhia tem melhores perspectivas de crescimento e rentabilidade, gerando valor para seus acionistas.

A Companhia espera concluir a integração das filiais durante o ano de 2021 e capturar 100% das sinergias mapeadas, de aproximadamente R\$30 milhões por ano.

Em 20 de março de 2020, o Brasil entrou em estado de calamidade pública, quando os casos de contaminação por Covid-19 já se multiplicavam por todo o território nacional e em outros países. Na Mills, como mencionado anteriormente, contávamos desde fevereiro com o Comitê Interno de perfil multidisciplinar específico para tratar dos temas relacionados ao Covid-19, que coordenou todas as medidas emergenciais e definiu os protocolos de ação para o público interno.

Todas as decisões relacionadas ao enfrentamento da crise gerada pelo Covid-19 foram implementadas respeitando uma política de Princípios e Parâmetros que foi construída entre o Conselho de Administração e Diretoria da Mills.

Principais ações tomadas na pandemia



Saúde e segurança dos colaboradores, seus familiares e da sociedade em geral

- Criação de um comitê interno multidisciplinar;
- Reforço da comunicação interna;
- Intensificação dos procedimentos de limpeza;
- Novos protocolos e políticas de trabalho.



Disciplina de capital, redução de despesas e performance de balanço

- Suspensão de investimentos;
- Renegociação de dívidas;
- Ações para redução de gastos;
- Adoção, quando possível, de medidas do Governo Federal;
- Agilidade no processo decisório.



Continuidade das atividades comerciais e operacionais

- Manutenção das atividades praticamente todas as filiais;
- Base diversificada de receitas;
- Mapeamento de novas oportunidades de negócios.



Bem-estar dos colaboradores

- Busca pela preservação de emprego e renda;
- Treinamentos online;
- Campanhas de vacinação;
- Programa de apoio ao colaborador;
- Redução de circulação/exposição de pessoas.

5. Nova estrutura organizacional

Em 22 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou a eleição da Sra. Adriana Bianca como Diretora de Tecnologia e Transformação Digital na Mills.

Adriana Bianca é formada em Matemática com ênfase em Computação e Estatística pela Universidade de SP (USP), com especializações em Gestão na FGV-SP, Kellogg e IESE Business School. Anteriormente à Mills, atuou na liderança de Tecnologia em multinacionais como AGFA, Henkel, BP (antiga British Petroleum) e BP Bunge Bioenergia, em posições nacionais e LATAM. Adicionalmente, atuou como líder da área de Ethics & Compliance na BP entre 2014 e 2019.

A criação desta nova Diretoria irá fortalecer as iniciativas e projetos de TI, data mining e transformação digital na Companhia, que suportarão as iniciativas de crescimento e melhoria nos serviços oferecidos aos clientes da Mills.



R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita líquida de vendas e serviços	439,5	506,4	15,2%	66,9
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(282,5)	(306,9)	8,6%	(24,4)
Lucro bruto	157,0	199,4	27,0%	42,4
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(188,5)	(185,3)	-1,8%	3,3
Provisão para perdas de crédito esperadas	(11,5)	(3,1)	-72,6%	8,3
Perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	(0,8)	(0,2)	-80,3%	0,6
Outras receitas	0,8	2,7	253,7%	1,9
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(43,0)	13,5	131,5%	56,5
Resultado financeiro	(14,1)	(10,9)	-22,2%	3,1
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(57,1)	2,6	104,6%	59,7
Imposto de renda e contribuição social	(7,4)	(9,3)	26,9%	(2,0)
Imposto de renda e contribuição social diferido	19,4	2,0	-89,8%	(17,4)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(45,0)	(4,7)	-89,5%	40,3
EBITDA CVM	119,3	163,9	37,3%	44,6
Margem EBITDA CVM(%)	27,1%	32,4%		
EBITDA Ajustado¹	110,2	149,3	35,5%	39,1
Margem EBITDA Ajustado(%)	26,3%	29,5%		
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado²	100,1	156,8	56,7%	56,7
Fluxo de Caixa Livre para a Firma Ajustado²	88,6	145,3	62,9%	56,1
Saldo final de caixa	124,9	378,9	203,3%	254,0
Dívida bruta	91,6	207,7	126,8%	116,1
Capex Bruto	(10,0)	(11,5)	15,0%	(1,5)

*Em razão da aquisição do controle acionário da Solaris (controlada) a partir de maio de 2019, os valores consolidados de 2019 contemplam doze meses da controladora (Mills) e oito meses da controlada (maio a dezembro de 2019).

IFRS 16

A partir de janeiro de 2019, entrou em vigor a norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2). Com ela, os direitos de uso (como contratos de aluguéis de imóveis e veículos, por exemplo) passaram a ser reconhecidos no ativo e os arrendamentos passaram a ser reconhecidos no passivo, tal qual os leasings financeiros.

Com a adoção do IFRS 16, então, a Companhia deixa de reconhecer os aluguéis de imóveis e veículos como custos e despesas no resultado do exercício e ainda passa a reconhecer: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Visando simplificar a análise comparativa com os períodos anteriores, apresentamos neste relatório alguns quadros que desconsideram o efeito do IFRS 16, sempre que indicado.

¹Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes (despesas de reestruturação da unidade Construção, passivos da unidade de negócio Serviços Industriais e despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris)

²Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideram-se os juros referente a debêntures e Finame, investimento em locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa). Para o fluxo de caixa livre para a firma ajustado desconsideram-se os juros referente a debêntures e Finame e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa).

7. Rental

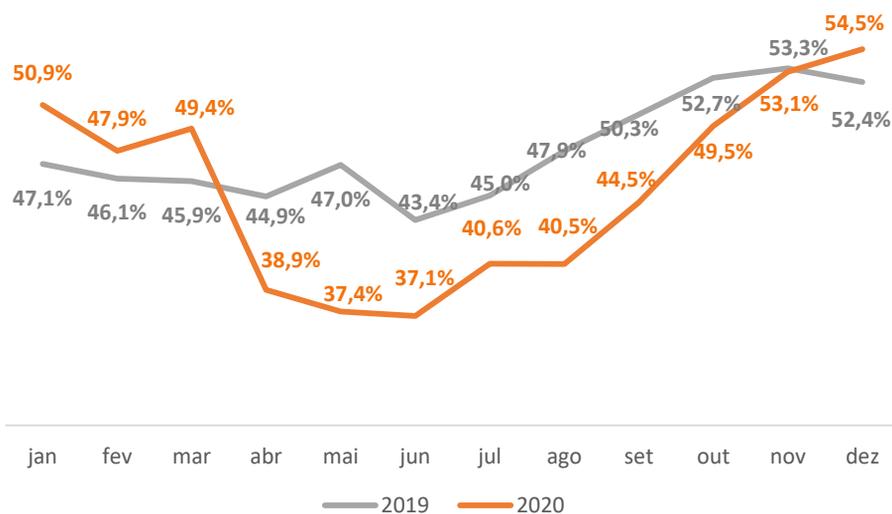
7.1 Receita Líquida Consolidada

A receita líquida da unidade de negócio Rental atingiu R\$ 422,3 milhões em 2020, aumento de 18,1% em relação ao ano anterior, como consequência da combinação de negócios com a Solaris em maio de 2019, da estratégia comercial de diversificação de clientes e recuperação gradual de preço, como também a evolução da estratégia *Go-to-Market*. Em bases combinadas, a receita líquida cresceu 1,4%, principalmente em função dos efeitos do COVID-19, sendo que o pior mês foi maio.

Receita líquida por tipo	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida Total	357,5	422,3	18,1%	64,7
Locação	316,6	367,7	16,1%	51,1
Vendas Novos	18,5	14,9	-19,4%	(3,6)
Vendas Seminovos	8,6	25,4	196,1%	16,8
Assistência técnica	3,9	3,4	-13,6%	(0,5)
Indenização e Recuperação de Despesas	9,9	10,7	8,1%	0,8
Venda de Sucata	0,0	0,1	909,2%	0,1

7.2 Taxa de Utilização (Física)

Evolução da Taxa de Utilização Física



7. Rental

7.3 Custos e Despesas Consolidados

Os custos da unidade de negócio Rental, excluindo depreciação, tiveram um aumento de 24,1% em relação ao ano anterior, decorrente principalmente da combinação de negócios entre a Mills e a Solaris.

As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação e PCE, somaram R\$122,8 milhões, um aumento de 10,8% em relação ao ano anterior. Os itens não recorrentes são tratados mais adiante. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$9,3 milhões e em 2020 de R\$11,1 milhões.

Em 2020, a PCE da Rental representou 2,5% da receita líquida, ante 8% da receita líquida em 2019.

Em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	113,5	140,9	24,1%	27,4
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	99,3	124,2	25,0%	24,8
Custo das vendas de equipamentos novos	13,7	11,3	-17,4%	(2,4)
Custo das vendas de equipamentos seminovos	0,4	5,0	-	4,7
Baixa de Ativos	0,1	0,0	-	(0,1)
Custo de Venda de Sucata	0,0	0,4	-	0,3
SG&A, ex-depreciação e PCE	110,8	122,8	10,8%	12,0
Comercial, Operacional e Administrativo	63,1	89,3	41,6%	26,3
Serviços Gerais	18,1	16,3	-10,0%	(1,8)
Outras despesas	29,7	17,2	-42,1%	(12,5)
PCE	6,6	10,7	62,9%	4,1
CPV + SG&A Total	230,9	274,4	18,8%	43,5

7.4 EBITDA e margem EBITDA

Em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida	357,5	422,3	18,1%	64,7
EBITDA CVM	126,6	147,9	16,8%	21,3
Margem EBITDA CVM (%)	35,4%	35,0%		
EBITDA Ajustado*	128,8	137,3	6,7%	8,6
Margem EBITDA ajustado* (%)	36,0%	32,5%		
EBIT	17,4	45,2	159,4%	27,7
Margem EBIT (%)	4,9%	10,7%		

*Excluindo o efeito do IFRS 16 e itens não recorrentes e despesas relacionadas ao projeto de combinação de negócios com a Solaris

8. Construção

8.1 Receita Líquida

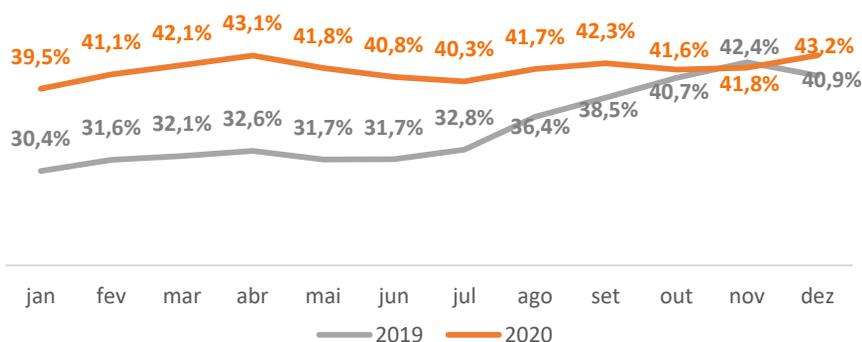
A receita líquida da unidade de negócio Construção atingiu R\$84,1 milhões em 2020, um aumento de 2,6% em relação ao ano anterior. A receita de locação apresentou um crescimento de 22,0%, principalmente à recuperação gradativa do setor de construção civil. Houve também a homologação de um acordo comercial, no âmbito da recuperação judicial de um determinado cliente, para a quitação de dívida com a Companhia, a qual gerou uma receita líquida adicional de R\$ 11 milhões no 3T20 e um Ebitda Ajustado nessa operação de R\$ 6,9 milhões, após os devidos reconhecimentos contábeis em custo e PCE

A Companhia vem reduzindo a sua capacidade de equipamentos como consequência da postergação da recuperação do setor de infraestrutura, da baixa taxa de utilização e da necessidade de abertura de espaço físico nas filiais para absorver os equipamentos de Rental. Mesmo com essa adequação, a qual deverá resultar em uma capacidade em torno de 50 mil toneladas de equipamentos, a Companhia ainda terá condições de atender o pipeline de obras esperado para os próximos anos.

Receita líquida por tipo	2010 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Receita Líquida Total	81,9	84,1	2,6%	2,1
Locação	48,9	59,7	22,0%	10,8
Vendas Novos	0,5	0,5	13,5%	0,1
Vendas Seminovos	8,0	6,9	-13,3%	(1,1)
Assistência técnica	2,6	0,8	-69,8%	(1,8)
Indenização e Recuperação de Despesas	9,9	15,3	54,4%	5,4
Venda de Sucata	12,0	0,8	-93,4%	(11,2)

8.2 Taxa de Utilização (Física)

Evolução da Taxa de Utilização Física



8. Construção

8.3 Custos e Despesas

Os custos da unidade de negócio Construção, excluindo depreciação, tiveram em 2020 um aumento de 5,5% em relação ao ano anterior, devido ao acordo comercial citado no item 8.1, cujo impacto foi de R\$12,4 milhões em custos (efeito não caixa) no 3T20. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$0,4 milhão e R\$0,2 milhão em 2020.

Já as despesas gerais e administrativas, excluindo a Provisão para Perdas de Crédito Esperadas (PCE), totalizaram R\$31,1 milhões, uma redução de 25,2% em relação ao ano anterior. Os itens não recorrentes são tratados mais adiante. O impacto do IFRS 16 em 2019 foi de R\$5,8 milhões e R\$4,4 milhões em 2020.

Em 2019, a PCE somou R\$4,9 milhões, 6,0% da receita líquida dessa unidade de negócio. Em 2020, a PCE foi impactada positivamente pelo acordo comercial mencionado no item 8.1.

Em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
CPV total, ex-depreciação	41,5	43,8	5,5%	2,3
Custo de locação (manutenção, pessoal, depósitos, etc.)	29,5	27,8	-5,9%	(1,7)
Custo das vendas de equipamentos novos	0,4	0,4	0,3%	0,0
Custo das vendas de equipamentos seminovos	2,7	1,2	-55,7%	(1,5)
Baixa de Ativos	3,0	13,7	362,4%	10,8
Custo de Venda de Sucata	5,9	0,6	-89,1%	(5,2)
SG&A, ex-depreciação e PCE	41,6	31,1	-25,2%	(10,5)
Comercial, Operacional e Administrativo	23,5	22,3	-5,0%	(1,2)
Serviços Gerais	5,7	4,4	-23,4%	(1,3)
Outras despesas	12,4	4,5	-64,1%	(8,0)
PCE	4,9	-7,5	-253,6%	(12,5)
CPV + SG&A Total	88,1	67,4	-23,5%	(20,7)

8.4 EBITDA e margem EBITDA

Dados consolidados em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)
Receita Líquida	81,9	84,1	2,6%
EBITDA CVM	-6,1	16,7	372,0%
Margem EBITDA CVM (%)	-7,5%	19,8%	
EBITDA Ajustado*	-18,6	12,0	164,3%
Margem EBITDA ajustado* (%)	-22,7%	14,2%	
EBIT	-59,2	-30,9	47,8%
Margem EBIT (%)	-72,2%	-36,8%	

9. Desempenho Operacional e Financeiro

9.1 Itens Não-recorrentes

A partir do 2T20, reduzimos o ritmo da integração física das filiais devido às restrições de deslocamentos dos colaboradores em função da pandemia causada pelo COVID-19. Com isso, foi postergado o término do projeto de integração das filiais de 2020 para 2021. Em 2020, registramos R\$3,6 milhões de custos e despesas relacionados a itens não recorrentes, compostos principalmente por gastos relacionados à captura de sinergias com a Solaris e demais despesas da incorporação, como segue:

Itens não recorrentes - em R\$ milhões	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)
Total itens não recorrentes	-8,9	-3,6	-59,0%
Despesas redimensionamento	6,3	0,1	-98,2%
Desmobilização filiais	-5,0	0,1	-102,3%
Receita venda de seminovos	8,0	-	
Custo venda de seminovos	-2,7	-	
Receita venda de sucata	12,0	-	
Custo venda de sucata	-5,9	-	
Combinação de negócios Mills e Solaris	-14,0	-3,0	-78,3%
Despesas para capturar sinergias	-7,9	-2,9	-62,7%
Outras despesas incorporação	-6,1	-0,1	-98,4%
Outras despesas não recorrentes	-1,2	-0,7	-41,5%
Despesas Mills SI	-1,2	-0,7	-43,2%

9.2 EBITDA e Margem EBITDA

	2019 (A)	2020 (B)	(B)/(A)	(B)-(A)
Lucro (Prejuízo) Líquido	-45,0	-4,7	89,5%	40,2
Resultado Financeiro	-14,0	-10,9	-22,1%	3,1
Imposto de renda e contribuição social	12,1	-7,3	-160,8%	(19,4)
Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro	-43,0	13,5	-131,5%	56,5
Depreciação	-162,3	-150,3	-7,4%	11,9
EBITDA	119,3	163,9	37,4%	44,6
Não recorrentes - Despesas relativas à unidade de negócio SI	-1,2	-0,7	-43,2%	0,5
Não recorrentes - Despesas de redimensionamento	6,3	0,1	-98,2%	(6,2)
Combinação de negócios Mills e Solaris	-14,0	-3,0		
IFRS16	18,0	18,2		
EBITDA Ajustado	110,1	149,3	35,5%	39,1

¹ Conforme instrução CVM 527

9. Desempenho Operacional e Financeiro

(continuação)

9.3 Reconciliação do EBITDA CVM com o FCO Ajustado

Reconciliação do EBITDA CVM com o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado

R\$ milhões

	2020
EBITDA CVM	163,9
Não Caixa	31,2
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(0,4)
Provisão para despesa com opções de ações	3,4
Benefícios pós-emprego	1,0
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	21,1
Provisão (reversão) para créditos com perdas esperadas	3,1
Provisão (reversão) por perdas estimadas por valor não recuperável	0,2
Provisão (reversão) para estoques de giro lento	(2,7)
Ajuste IFRS 9/CPC 48	-
Provisão para Participação no Resultado	6,6
Outras provisões	(1,2)
EBITDA CVM ex- provisões não caixa	195,1
Caixa	(44,9)
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	3,8
Contas a receber	(10,5)
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	(1,4)
Estoques	(1,7)
Tributos a recuperar	0,9
IRPJ e CSLL a Compensar	1,6
Depósitos judiciais	0,2
Outros ativos	(0,7)
Fornecedores	13,7
Salários e encargos sociais	(8,7)
Tributos a pagar	2,6
Outros passivos	(0,3)
Participação nos resultados a pagar	(8,6)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5,7)
Processos judiciais liquidados	(1,1)
Juros pagos	(28,9)
Fluxo de Caixa Operacional conforme as demonstrações financeiras	150,2
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas (caixa)	(3,8)
Aquisições de bens do ativo imobilizado locação	0,6
Juros pagos	28,9
Arrendamento IFRS16	(19,9)
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	156,8

9. Desempenho Operacional e Financeiro (continuação)

9.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$10,9 milhões em 2020, contra um valor negativo de R\$14,0 milhões em 2019. Excluindo os impactos do IFRS16, o resultado financeiro seria negativo em R\$6,5 milhões em 2020 e R\$9,5 milhões em 2019, uma melhora de 32%, como consequência da melhor liquidez da Companhia e menores taxas de juros.

9.5 Resultado do Exercício

Em 2020, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$4,7 milhões, ante um prejuízo líquido de R\$45,0 milhões em 2019.

9.6 Endividamento

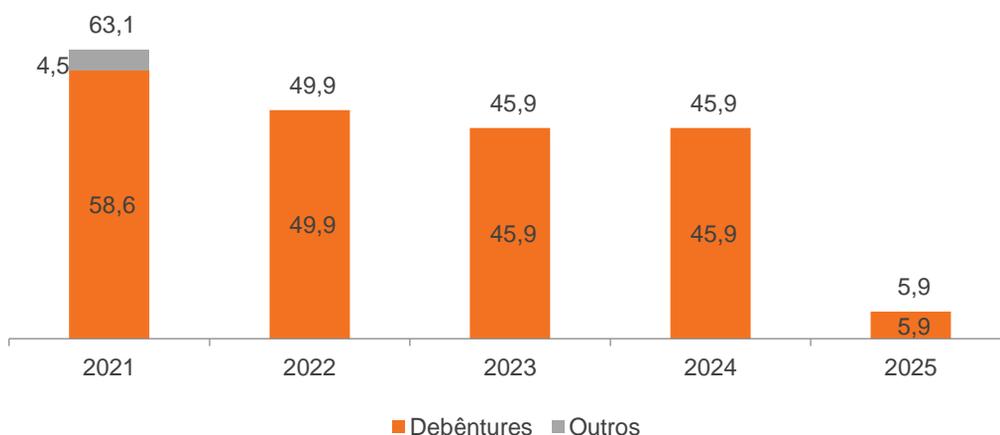
A dívida bruta consolidada da Mills encerrou o 4T20 em R\$207,7 milhões.

A Companhia permanece geradora de caixa operacional, encerrando o trimestre com R\$378,9 milhões em caixa livre e, assim, com caixa líquido de R\$171,2 milhões.

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 04 de dezembro de 2020, no âmbito da gestão ordinária do negócio e visando recompor e reforçar o seu caixa, houve a realização da 5ª emissão de debêntures, no valor total de R\$84,0 milhões, remunerada à taxa CDI + 4,25% a.a., com uma remuneração inicial adicional equivalente a 1,0% do valor subscrito e integralizado.

O prazo médio para o pagamento do endividamento total da Mills é de 2,0 anos, com custo médio de CDI + 3,40% a.a..

Cronograma de pagamento da dívida
R\$ milhões

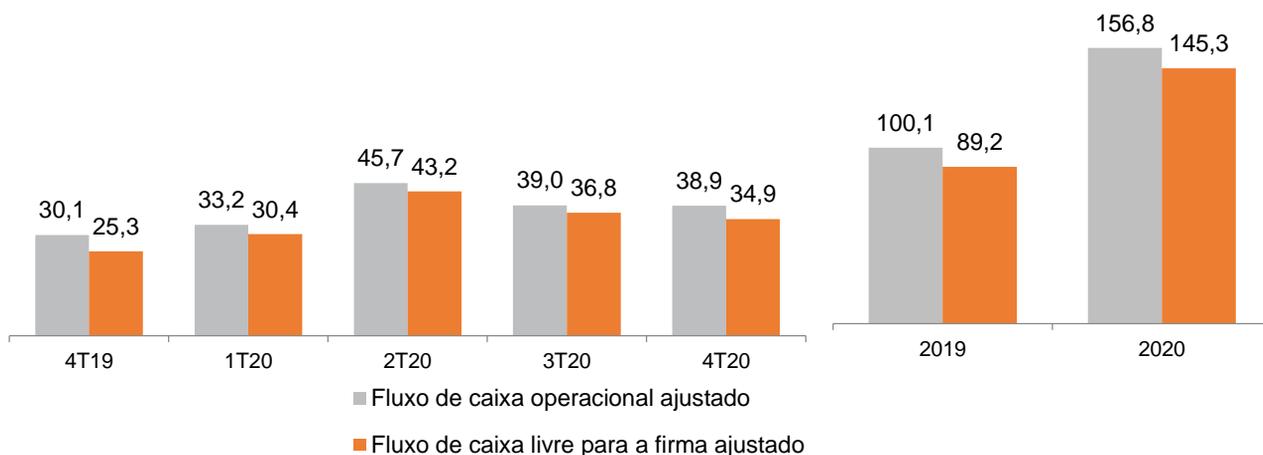


Em 31 de dezembro de 2020, a Mills apresentou uma relação Dívida Líquida/Ebitda Ajustado de -1,1x

9. Desempenho Operacional e Financeiro (continuação)

9.7 Fluxo de Caixa Ajustado¹

O fluxo de caixa operacional ajustado, antes de juros pagos, aquisição de bens de locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas totalizou R\$156,8 milhões.



¹ Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideram-se os juros pagos, investimento em locação, juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas e impacto do IFRS16. Para o fluxo de caixa livre para a firma desconsideram-se os juros pagos e as variações monetárias ativas e passivas líquidas.

9.8 Investimentos

No ano de 2020, a Companhia investiu R\$11,5 milhões, sendo R\$11,0 milhões destinados principalmente para bens de uso operacional e de apoio, como TI e adequações de filiais.

¹ Para o fluxo de caixa operacional ajustado desconsideram-se os juros referentes a debêntures e Finame, investimento em locação e juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas. Para o fluxo de caixa livre ajustado desconsideram-se os juros pagos e as variações monetárias ativas e passivas líquidas.

10. Valores Combinados

10.1 Desempenho Financeiro

Visando complementar as informações prestadas até aqui, e considerando a relevância para a Mills da combinação de negócios com a Solaris, demonstramos a seguir algumas informações combinadas das duas companhias:

Mills Solaris Combinado*	2019	2020	(B)/(A)
R\$ milhões	(A)	(B)	
Receita Líquida	498,4	506,4	1,6%
Locação	416,7	427,4	2,6%
Outras	61,7	79,0	28,0%
Não Recorrentes	20,0		-100,0%
COGS (ex. depreciação e IFRS16)	-177,8	-187,4	5,4%
Locação (pessoal, depósitos, etc.)	-149,6	-154,7	3,4%
Outros	-13,8	-15,9	14,7%
Não Recorrentes	-8,6		
SG&A (ex. depreciação, IFRS16 e PCE)	-188,5	-170,1	-9,7%
Comercial, Operacional e Administrativo	-101,7	-111,9	10,0%
Serviços Gerais	-41,4	-35,9	-13,3%
Outras despesas	-24,2	-18,7	-22,5%
Não Recorrentes	-21,2	-3,6	-83,0%
PCE	-13,4	-3,1	-76,5%
Não Recorrentes	-9,8	-3,6	-63,3%
Depreciação	-160,9	-134,7	-16,3%
EBITDA Ajustado	128,6	149,3	16,1%
Margem EBITDA Ajustado %	26,9%	29,5%	
Lucro (Prejuízo Líquido)	-44,5	-4,7	-89,3%
Saldo de Caixa	124,9	378,9	203,3%

* Somente para 2019

Rental Combinada*	2019	2020	(B)/(A)
	(A)	(B)	
Receita Líquida	416,4	422,3	1,4%
Locação	367,8	367,7	0,0%
Outras	48,7	54,6	12,1%
COGS (ex. depreciação e IFRS16)	-135,9	-143,3	5,5%
Locação (pessoal, depósitos, etc.)	-119,7	-126,6	5,8%
Outros	-16,2	-16,7	3,2%
SG&A (ex. depreciação, IFRS16 e PCE)	-139,9	-133,9	-4,3%
Comercial, Operacional e Administrativo	-78,2	-89,6	14,5%
Serviços Gerais	-29,9	-27,2	-9,2%
Outras despesas	-16,8	-14,2	-15,7%
Não Recorrentes	-14,9	-3,0	-79,7%
PCE	-8,5	-10,7	26,4%
Não Recorrentes	-14,9	-3,0	-79,7%
Depreciação	-112,2	-91,6	-18,4%
EBITDA Ajustado	147,2	137,3	-6,7%
Margem EBITDA Ajustado %	35,3%	32,5%	
Lucro Líquido	6,5	18,8	188,8%

* Somente para 2019

10. Valores Combinados

10.2 Sinergia

Sinergia	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	Run rate anualizado
Pessoal	1,8	1,8	1,8	1,9	7,3	7,7
Peças	1,1	1,2	1,3	2,4	6,0	9,5
Filiais	1,1	1,2	1,2	1,4	5,0	5,6
Financeiro (Consultorias, viagens, seguro)	0,7	0,7	0,8	1,2	3,4	4,9
Total	4,8	4,9	5,1	6,9	21,7	27,7

Desde o 3T19, passamos a divulgar as sinergias capturadas com a combinação de negócios com a Solaris. Seguem as premissas utilizadas para calcular as sinergias líquidas:

Pessoal: Considera a massa salarial e os respectivos encargos/benefícios, incluindo redução de estrutura e vagas em aberto, assim como alguns méritos e promoções de profissionais que assumiram novas responsabilidades e/ou ampliaram seu escopo de atuação na Companhia.

Peças e Serviços: Considera a unificação da base de fornecedores e o impacto gerado por ter aplicado as melhores condições existentes em Solaris ou Mills para o volume combinado.

Filiais: Corresponde às economias geradas pela unificação física de filiais Mills e Solaris nas regiões onde existe sobreposição. Estão considerados o aluguel da filial, IPTU, serviço de segurança, limpeza e demais despesas da filial encerrada.

Financeiro: Contabiliza as economias geradas pela unificação das políticas de viagens, redução de custos por ganhos de escala com seguros e redução de redundância de consultorias entre as empresas.

9.3 Investimentos para capturar sinergias

CAPTURA DE SINERGIAS - COMBINADO	2019	1T20	2T20	3T20	4T20	Total
CAPEX	5,1	0,9	1,3	1,1	1,0	9,3
OPEX	8,8	1,1	0,5	0,6	0,7	11,8
Total	13,9	2,1	1,7	1,7	1,6	21,0

11. Comportamento das Ações (B3: MILS3)

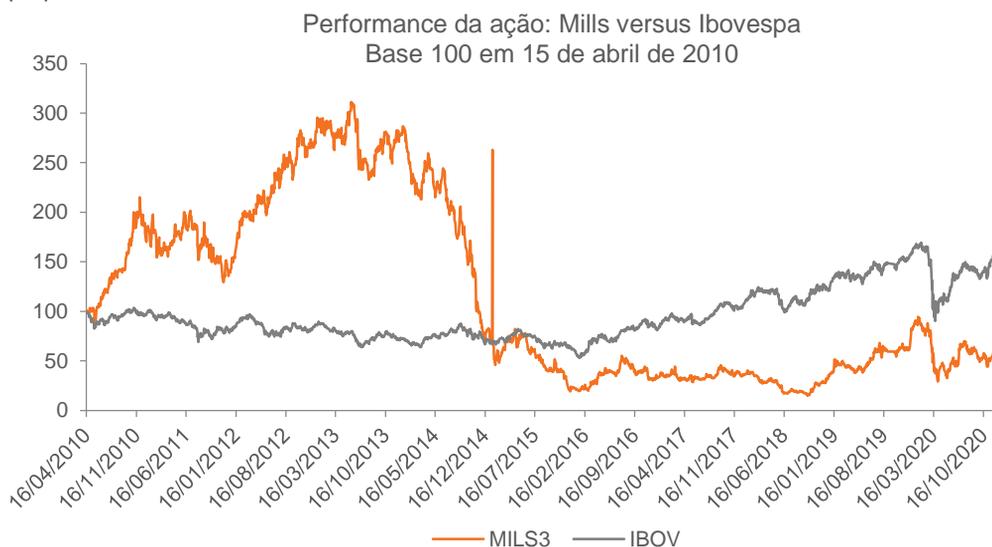
Em 31 de dezembro de 2020, o capital social votante e total da Mills era constituído de 251.953.730 ações ordinárias, sendo que os acionistas controladores detinham, em conjunto, 53,2% do capital social votante e total. Nesse mesmo período, a Companhia mantinha 1.688.687 ações em tesouraria. O *free float* era igual a 46,1%.

O preço de fechamento da ação da Mills na B3, em 31 de dezembro de 2020, foi igual a R\$6,15, com queda de 41,1% em relação ao preço de fechamento do ano de 2019, enquanto o índice IBOVESPA teve uma variação positiva de 2,9% no mesmo período e o índice de small cap uma queda de 0,7%. No final de 2020, o valor de mercado (*market cap*) da Mills era igual a R\$ 1,5 bilhão.

O volume financeiro médio diário das ações da Mills negociadas em 2020 na B3 foi de R\$ 12,0 milhões, sendo 81% superior ao reportado no ano anterior.

Adicionalmente, a Companhia participa do Programa de American Depositary Receipts (“ADR”) Nível I desde a aprovação pelo Conselho de Administração, em 29 de outubro de 2013. Em 31 de dezembro de 2020, a posição da Companhia era de 838,176 ADRs nos Estados Unidos. Cada ADR corresponde a 1 (uma) ação da Companhia

Em função dos resultados apurados no exercício de 2020, não houve distribuição de dividendos nem juros sobre capital próprio.



12. Governança Corporativa

A Companhia busca implementar as mais elevadas práticas de governança corporativa para agregar valor aos acionistas e ao mercado em geral. Desde a abertura de capital, a Companhia aderiu ao Novo Mercado, nível mais elevado de Governança da B3.

Em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração era composto por oito membros, sendo quatro membros indicados pela Família Nacht, um membro indicado pela Sullair Argentina, um membro indicado pela Southern Cross Group e dois membros independentes, sendo um indicado pelos acionistas minoritários.

Alinhada às boas práticas de governança corporativa, a Mills possui três comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Cabe aos comitês tornar a atuação do Conselho de Administração mais eficiente, potencializando as discussões pertinentes com recomendações fundamentadas, auxiliando no desempenho de suas funções legais e estatutárias.

Tais comitês têm caráter não-permanente e podem ser livremente criados ou extintos pelo Conselho de Administração, sendo: (i) Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos: composto por três membros efetivos; (ii) Comitê de Gente e Gestão: composto também por três membros efetivos e (iii) Comitê de Cliente, Inovação e Tecnologia: composto por cinco membros efetivos.

A Companhia ainda possui um Conselho Fiscal instalado desde 2011, o qual é composto por três membros efetivos, sendo um indicado pelos acionistas minoritários.

A Diretoria da Mills é composta por sete membros, conforme demonstrado anteriormente, incluindo o Diretor Presidente.

Na busca constante pelo aprimoramento de iniciativas que visam assegurar o alinhamento e a uniformidade dos padrões éticos e morais da Companhia, em Janeiro de 2020 foi criada a Gerência de Compliance, Riscos e Auditoria Interna. A Companhia possui, ainda, um canal de denúncia ativo, administrado por uma empresa especializada, e pode ser utilizado por todos os colaboradores para denunciar situações antiéticas e/ou ilegais, de maneira confidencial e anônima. Todos os relatos são apurados e direcionados de acordo com as políticas internas e a legislação vigente. Também temos disponível um canal de comunicação para o público externo no site da Companhia.

Em setembro de 2020 reforçamos nosso Programa de Integridade, com o aperfeiçoamento das práticas de governança e conformidade. O Programa de Integridade se aplica a todos os colaboradores da Mills e pessoas com quem nos relacionamos, sejam clientes, fornecedores e demais parceiros de negócios, e tem como objetivo consolidar as iniciativas da Companhia para a promoção da integridade, da ética e da mitigação de riscos. Relançamos nosso código de conduta e treinamos todos os nossos colaboradores nas diretrizes de conduta da Companhia.

Contamos com políticas

corporativa.



O ano de 2020 foi também marcado por um olhar mais atento a ações de responsabilidade social.

Na parte ambiental, assinamos a Carta de Apoio à Amazônia, elaborada pelo setor empresarial, onde afirmamos o nosso compromisso público com a agenda do desenvolvimento sustentável e iniciamos medições de impactos ambientais, passando a acompanhar e entender nosso nível de consumo, uso e descarte de materiais para traçar no futuro metas de minimização de impactos.

Olhando para o lado social, a Mills vem intensificando nos últimos anos os debates internos sobre diversidade, incluindo questões de gênero, etnia, orientação sexual e cultura. Com o programa Nós pela Diversidade, buscamos em 2020 promover esses temas entre os colaboradores, com foco específico para ações afirmativas em favor dos refugiados, negros, mulheres e LGBTI+. O Nós pela Diversidade promoveu diferentes encontros (“Entendendo o racismo e promovendo a igualdade racial”, “Diversidade e LGBTI+” e “As diversas nacionalidades na Mills”) com palestrantes convidados, procurando elevar a conscientização do público interno sobre essas pautas. Entre as ações voltadas para as mulheres, promovemos diversos encontros do Café com Elas, um espaço quadrimestral entre o CEO da Mills, o diretor de Gente e Gestão e grupos de colaboradoras de diversas áreas; e o Conexão Mulher, um programa de aconselhamento e mentoria envolvendo as líderes da companhia e demais colaboradoras. Sabemos que ainda temos espaço para evoluir continuamente em ações como essas, mas cada passo nesse sentido já é motivo de muita satisfação para nós.

Em 2020 também progredimos no apoio às comunidades de entorno. A contribuição à sociedade foi um dos Princípios que nortearam nosso posicionamento durante a pandemia, e algumas ações específicas deram visibilidade a esse esforço. O Programa Partilhar foi a nossa principal iniciativa de impacto social positivo, voltada às comunidades locais situadas no entorno de nossas filiais. Essa iniciativa parte do compromisso que assumimos com o Pacto Global da ONU e com os respectivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através do qual passamos a incentivar e promover, juntamente com nossos colaboradores, ações de apoio ao desenvolvimento sustentável junto à sociedade.

Os principais passos dessa trajetória – e os desafios que enfrentaremos – já estão traçados:

- Vamos tangibilizar nossa estratégia de ESG para todos os colaboradores e também para os clientes e fornecedores, com iniciativas concretas de atuação em temas sociais, ambientais e de governança.
- Nosso planejamento estratégico já inclui metas ESG, desdobradas em iniciativas e acompanhadas como as demais diretrizes de gestão da companhia.
- Daremos atenção especial à cadeia de fornecedores, aplicando critérios ESG na seleção e na avaliação dos parceiros e estimulando as melhores práticas em relações trabalhistas, governança e sustentabilidade.
- Queremos ser uma Empresa B, e para tanto precisamos evoluir em práticas e processos. O trabalho para a certificação será importante na consolidação de uma cultura interna de ESG.
- Passaremos a reportar as emissões de gases do efeito estufa (GEE) geradas em toda a nossa cadeia produtiva, uma ruptura significativa em nossos métodos de gestão ambiental.
- Já em 2021, vamos preparar nossa primeira matriz de materialidade – uma relação dos principais tópicos sociais, ambientais e econômicos que devem influenciar a gestão da Mills, a partir das percepções da alta liderança e dos públicos com os quais nos relacionamos. A matriz é o primeiro passo para a construção de um relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), um padrão mundialmente aceito de comunicação de desempenho em sustentabilidade corporativa.

13. Sustentabilidade (continuação)

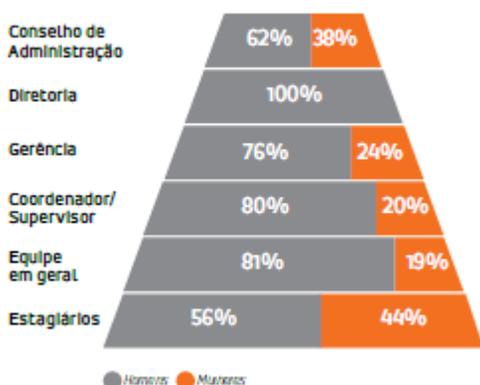
Indicadores sociais (2020)

NOSSA DIVERSIDADE EM 2020

INDICADORES DE DIVERSIDADE	HOMENS	MULHERES
Idade média (anos)	33,8	30,1
Tempo de empresa (anos)	4,5	3,0
Negro/ Preto (a)*	64	15
Pardo (a)*	273	55
Caucasiano/ Branco (a)*	471	155
Asiático/ Amarelo (a)*	1	1
Indígena*	0	0
Não informado	243	72
PCD	5	5
TOTAL	1.052	298

*Informado por autodeclaração dos funcionários.

DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS POR NÍVEL HIERÁRQUICO



Indicadores ambientais (2020)

2.194 m3

consumo médio mensal de água nas filiais, 37,3% de economia em relação a 2019

16 m3

mensais

consumo médio de água por colaborador

237,8 mil

kWH

consumo médio mensal de energia elétrica, redução de 16,1% em comparação a 2019

1.730

kWH/mês:

consumo médio relativo, por colaborador

365,49

toneladas

destinadas à reciclagem

946

toneladas

descarte total de resíduos, 33,2% a menos que em 2019

14. Gestão de Pessoas

As práticas de Recursos Humanos da Companhia são baseadas na meritocracia e reconhecimento de sua equipe. A Mills possui um Programa de Estágio com o objetivo de atrair, desenvolver e reter talentos que queiram crescer e adquirir expertise, contribuindo com o crescimento da Companhia. No final de 2020, 87 estagiários participavam do Programa, dos quais 76% eram estudantes de engenharia e de cursos técnicos. A Mills efetivou 35 estagiários em 2019 e 16 estagiários em 2020.

O *turnover* mensal foi de 2,36%% em 2020, versus 2,05% em 2019.

Acreditamos que a educação e desenvolvimento humano são fatores essenciais para nossa diferenciação de longo prazo, e por isso promovemos continuamente a preparação e aprimoramento profissional de nossos colaboradores. Diante dos desafios do ano de 2020, as estratégias de treinamento da Mills foram revisadas para manter o compromisso de capacitação e desenvolvimento dos nossos colaboradores. Atuamos no compartilhamento de conhecimento através de um programa estruturado que utiliza tecnologia e ferramentas digitais para multiplicar conhecimento. Em 2020 foram investidos R\$ 1,45 milhão em treinamentos, totalizando 26.354 horas. Nossas iniciativas de educação corporativa utilizam diversos formatos para atender e respeitar as necessidades de cada colaborador em sua trilha de aprendizado, como: a Escola Mills, a Escola Mills, Programa Multiplica, Treinamentos técnicos e legais, Programas de Desenvolvimento Individuais e Corporativos e o Evoluir.

O Programa de Participação nos Resultados, assegurado a todos os colaboradores da Companhia, foi baseado em modelo usual de mercado, no qual múltiplos salariais de premiação individual são definidos no início do ciclo com base na estratégia de remuneração. Os múltiplos alvo são atrelados a indicadores e metas de desempenho. Além disso, são utilizados gatilhos e travas que asseguram que só ocorram pagamentos caso haja geração de recursos necessários. Em 2021, haverá distribuição referente ao resultado do ano de 2020.

Em 2016, foi aprovado um novo plano de opção de compra de ações discricionário destinado aos administradores e pessoas chave da Companhia, com o objetivo de incentivar nossos colaboradores a conduzir com êxito os negócios da Companhia e estimular a cultura empreendedora e orientada para resultados, alinhando os interesses dos administradores com os dos acionistas. O preço de exercício das opções é de R\$2,63, corrigido monetariamente de acordo com o IPCA, podendo haver o exercício a partir de 2019 de 25% a cada 12 meses.

Adicionalmente, em 2018, a Companhia estruturou um Programa de Incentivo de Longo Prazo baseado em ações restritas, destinado a todos os executivos e a alguns cargos chave. Esse programa tem como principal objetivo tornar o pacote de remuneração competitivo junto ao mercado, alinhar expectativas, motivar os colaboradores e alavancar o desempenho operacional do negócio. Cada programa terá inicialmente ciclos de três anos, atrelando metas de longo prazo a todos os elegíveis, onde essas metas estarão associadas a criação de valor para a empresa. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir, durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação. Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

15. Relacionamento com Auditores Independentes

Em 2020 não houve contratação de serviços junto a KPMG, que são nossos auditores independentes, que não os de auditoria das demonstrações financeiras usualmente prestados por ela.

Cumpramos ressaltar que a contratação de auditores externos requer uma aprovação prévia do nosso Conselho de Administração e segue as regras estabelecidas pela legislação. Segundo a própria KPMG, a prestação de serviço acima descrita não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Mills.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em reunião realizada em 17 de dezembro de 2020 a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, CNPJ nº 49.928.567/0002-00, para a prestação de serviços de auditoria independente da Companhia a partir do primeiro trimestre de 2021, em substituição à KPMG Auditores Independentes, cujos serviços se encerram com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social de 2020. A mudança dos auditores independentes atende ao rodízio obrigatório estabelecido pela Instrução CVM 308/99, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações de resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações de valores adicionados	18
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	20



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 – Setor 2 – 17º andar - Centro

20021-290 – Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 – Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável do ativo imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) das Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's") - Construção e Rental

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (ix), 2.2 (x), 2.2 (xii), 3.1, 13 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia avaliou o valor recuperável das suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC's"), representadas pelos segmentos de Construção e Rental, que inclui imobilizado e ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), utilizando o método de fluxo de caixa descontado para determinar o valor em uso de cada UGC, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento.

Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e às estimativas e aos julgamentos para determinar o valor recuperável de cada UGC, tais como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, utilizados na determinação do valor em uso em cada UGC, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do orçamento e das análises para determinar o valor recuperável de cada UGC, conforme disponibilizadas pela Companhia.

Avaliamos a razoabilidade da determinação das UGCs pela Companhia, da avaliação do seu valor em uso em cada UGC preparada pela Companhia e da metodologia utilizada por ela para determinar o valor em uso das UGCs.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do modelo de fluxo de caixa descontado e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos.

Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia em projetar resultados futuros. Comparamos o valor recuperável determinado pela Companhia com o valor contábil de cada UGC. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitáveis o valor recuperável do imobilizado e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) das UGCs e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

2 - Mensuração do valor justo do investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (iii - c), 3.1 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia classifica o investimento em ações da Rohr S.A. Estrutura Tubulares como um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.</p> <p>Para o cálculo do valor justo desse investimento utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras.</p> <p>Devido às incertezas inerentes às projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar o valor justo desse investimento, como a taxa de desconto, o crescimento econômico projetado, a inflação de custos estimados, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação e revisão do fluxo de caixa descontado para determinação do valor justo desse investimento.</p> <p>Avaliamos a razoabilidade das projeções preparadas pela Companhia e da metodologia utilizada para mensuração do valor justo do investimento.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação do fluxo de caixa descontado e comparamos com dados obtidos de fontes externas, quando disponíveis, como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados e as taxas de desconto, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas.</p> <p>Comparamos se o valor justo do investimento apurado com base no método de fluxo de caixa descontado foi devidamente contabilizado em 31 de dezembro de 2020.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação do valor justo desse investimento, os quais foram registrados e divulgados pela administração.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor justo desse investimento e as divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.</p>

3 - Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 2.2 (vi), 3.3 e 21 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia e sua controlada possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferido ativos, relacionados a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.</p> <p>A Companhia e sua controlada reconhecem tais impostos diferidos ativos com base na existência de probabilidade razoável de que gerarão lucro tributável futuro para a utilização de tais ativos.</p> <p>Devido às incertezas inerentes às projeções de resultado tributável futuro e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação dos impostos diferidos ativos e ao fato de a Companhia e sua controlada exercerem um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros que são baseados em projeção de receita, custos e resultado financeiro, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia e sua controlada, incluindo a avaliação de política de aprovação dos orçamentos e premissas utilizadas na determinação das projeções estabelecidas pela administração da Companhia e sua controlada.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como da base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que compõem a base tributável.</p> <p>Adicionalmente, envolvemos os nossos especialistas em finanças corporativas, que nos auxiliaram na avaliação das premissas e das metodologias utilizadas pela Companhia e sua controlada na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros, e comparamos as premissas com dados obtidos de fontes externas tais como o crescimento econômico projetado para o setor, a inflação de custos estimados, assim como realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas e uma análise de sensibilidade na projeção de receitas e custos.</p> <p>Comparamos o orçamento para o ano corrente aprovado no exercício anterior com os valores reais apurados no ano corrente de forma a verificar a capacidade da Companhia e sua controlada em projetar resultados futuros.</p> <p>Comparamos ainda o valor recuperável dos impostos diferidos ativos determinado pela Companhia com base no resultado esperado de lucro tributável futuro e o valor contábil do imposto diferido ativo da Companhia e sua controlada.</p> <p>Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor recuperável dos impostos diferidos ativos e as respectivas divulgações relacionadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.</p>

4 - Reconhecimento da receita de locação

Conforme mencionados nas Notas Explicativas nºs 2.2 (xxi), 3.8 e 27 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A Companhia e sua controlada possuem receitas referentes à prestação de serviços, venda de máquinas e equipamentos e locação de ativos, sendo a sua principal fonte de receita a locação de máquinas e equipamentos, classificados como arrendamentos operacionais. A receita de locação é reconhecida de acordo com o período de locação, considerando as condições contratuais e conforme a extensão do consumo do benefício de uso das máquinas e equipamentos de locação.

O reconhecimento da receita de locação envolve julgamento na determinação do momento de reconhecimento da receita, de acordo com o período de locação e considerando condições contratuais, na extensão do consumo do benefício de uso dos ativos de locação.

Por essa razão e pela relevância da receita de locação no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento dos processos relacionados ao reconhecimento da receita, avaliando o desenho e a implementação dos controles internos.

Realizamos teste de detalhe em uma amostragem selecionada com base na composição da receita de locação, avaliando sua existência por meio de análise da documentação suporte, como contratos, faturas, documentos de medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação e, quando aplicável, inspecionamos a liquidação financeira dos recebíveis reconhecidos decorrente da locação de ativos no exercício corrente.

Adicionalmente, realizamos teste de detalhe sobre os critérios de reconhecimento de receita de locação referentes aos contratos realizadas próximas da data de encerramento do exercício social (teste de "corte" da receita). Nosso trabalho incluiu a análise da documentação suporte principalmente quanto à medição do consumo do benefício de uso dos ativos de locação.

Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes que afetam o reconhecimento e a divulgação da receita com locação de ativos os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento da receita de locação e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos

os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	285.993	73.656	378.905	124.910
Contas a receber de terceiros	7	82.478	68.005	100.376	116.803
Contas a receber de partes relacionadas	19.c	4.914	1.451	-	-
Estoques	8	36.225	22.006	40.714	36.337
IRPJ e CSLL a recuperar	9	415	2.376	5.815	7.367
Tributos a recuperar	9	2.956	3.205	5.406	6.643
Adiantamento a fornecedores		1.892	797	4.787	3.670
Outras contas a receber de partes relacionadas		1.496	-	-	-
Outros ativos	10	4.191	4.173	4.947	6.051
		<u>420.560</u>	<u>175.670</u>	<u>540.950</u>	<u>301.781</u>
Ativos mantidos para venda		10.272	4.224	10.272	4.224
Não circulante					
IRPJ e CSLL diferidos	21	236.128	233.619	314.618	309.429
Tributos a recuperar	9	1	-	349	-
Depósitos judiciais	22.a	7.438	12.182	7.672	12.463
Instrumentos financeiros derivativos	31.4	-	-	808	-
Outros ativos		2	38	2	81
		<u>243.569</u>	<u>245.839</u>	<u>323.449</u>	<u>321.973</u>
Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes	11	39.341	50.579	39.341	50.579
Investimentos	12	301.061	406.529	-	-
Imobilizado	13	384.580	397.791	439.883	576.575
Intangível	14	33.314	32.181	121.497	120.763
		<u>758.296</u>	<u>887.080</u>	<u>600.721</u>	<u>747.917</u>
Total do ativo		<u>1.432.697</u>	<u>1.312.812</u>	<u>1.475.392</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 dezembro de 2020 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar a terceiros	15	23.644	16.389	30.286	26.670
Contas a pagar a partes relacionadas	19.c	390	2.893	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	1.940	4.547	6.543
Debêntures	17	40.124	56.367	57.829	77.417
Arrendamentos a pagar	18	14.359	12.053	15.074	15.171
Salários e encargos sociais		18.383	21.244	19.318	27.908
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		1.456	1.434	1.456	1.434
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	1.920	-	2.917	225
Tributos a pagar	23	4.285	7.290	4.339	9.172
Provisão para participação nos resultados	20.e	5.865	5.986	7.226	8.840
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	3	-	3
Outros passivos		230	263	677	850
		<u>110.656</u>	<u>125.862</u>	<u>143.669</u>	<u>174.233</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	605	-	3.671
Debêntures	17	141.360	-	145.285	3.926
Imposto de renda e contribuição social a pagar	23	-	-	-	52
Arrendamento a pagar	18	41.256	41.123	41.256	43.484
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	15.137	19.569	20.414	23.648
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	24	3.743	5.122	3.743	5.122
Tributos a pagar	23	10.348	-	10.348	588
Provisão para benefícios pós-emprego	20	11.868	12.646	11.868	12.646
Outros passivos		430	513	910	1.154
		<u>224.142</u>	<u>79.577</u>	<u>233.824</u>	<u>94.291</u>
Total do passivo		<u>334.798</u>	<u>205.439</u>	<u>377.493</u>	<u>268.524</u>
Patrimônio líquido					
Capital social subscrito	25	1.089.642	1.089.379	1.089.642	1.089.379
Reservas de capital	25	57.036	56.357	57.036	56.357
Custo com emissão de ações	25	(18.448)	(18.448)	(18.448)	(18.448)
Reservas de lucros	25	860	10.295	860	10.295
Ações em tesouraria	25	(15.056)	(20.287)	(15.056)	(20.287)
Ajuste de avaliação patrimonial	25	(16.135)	(9.923)	(16.135)	(9.923)
Total do patrimônio líquido		<u>1.097.899</u>	<u>1.107.373</u>	<u>1.097.899</u>	<u>1.107.373</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.432.697</u>	<u>1.312.812</u>	<u>1.475.392</u>	<u>1.375.895</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas e serviços	27	400.139	305.530	506.339	439.465
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	28	<u>(262.464)</u>	<u>(219.999)</u>	<u>(306.915)</u>	<u>(282.493)</u>
Lucro bruto		<u>137.675</u>	<u>85.531</u>	<u>199.424</u>	<u>156.972</u>
Despesas com vendas, gerais e administrativas	28	(130.826)	(138.684)	(185.259)	(188.475)
Provisão para perdas de crédito esperadas	7	(407)	(8.799)	(3.147)	(11.474)
Reversão (perdas) estimadas por valor não recuperável e valor justo		(151)	(765)	(151)	(765)
Resultado de participações em investimentos	12	28	9.434	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<u>1.049</u>	<u>1.595</u>	<u>2.667</u>	<u>754</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		<u>7.368</u>	<u>(51.689)</u>	<u>13.534</u>	<u>(42.988)</u>
Receitas financeiras	29	7.578	9.584	14.153	13.917
Despesas financeiras	29	<u>(16.509)</u>	<u>(22.250)</u>	<u>(25.093)</u>	<u>(27.973)</u>
Resultado financeiro líquido		(8.931)	(12.666)	(10.940)	(14.056)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos		(1.563)	(64.355)	2.594	(57.044)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(2.493)	(7.290)	(9.330)	(7.354)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	<u>(691)</u>	<u>26.665</u>	<u>1.989</u>	<u>19.418</u>
Prejuízo do exercício		<u>(4.747)</u>	<u>(44.980)</u>	<u>(4.747)</u>	<u>(44.980)</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	26	(0,02)	(0,23)	(0,02)	(0,23)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019(*)	2020	2019
Prejuízo do exercício		(4.747)	(44.980)	(4.747)	(44.980)
Itens que não serão reclassificados para o resultado					
Ajuste de valor justo Investimento Rohr, líquido de impostos	11.b	(7.417)	(2.556)	(7.417)	(2.556)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado					
Provisão para benefícios pós-emprego, líquido de impostos	20.a	<u>1.205</u>	<u>(655)</u>	<u>1.205</u>	<u>(655)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(10.959)</u>	<u>(48.191)</u>	<u>(10.959)</u>	<u>(48.191)</u>

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Reservas de capital</u>			<u>Reservas de lucros</u>			<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total Consolidado/ Controladora</u>
	<u>Capital social subscrito</u>	<u>Prêmio de opções de ações</u>	<u>Custo com emissão de ações</u>	<u>Legal</u>	<u>Retenção de lucros</u>	<u>Ações em tesouraria</u>			
Em 31 de dezembro de 2018	<u>688.319</u>	<u>52.162</u>	<u>(18.448)</u>	<u>32.611</u>	<u>22.664</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(6.712)</u>	<u>-</u>	<u>750.309</u>
Aumento de Capital - Emissão de ações (aquisição Solaris Participações)	400.405	-	-	-	-	-	-	-	400.405
Prêmio de opções de ações	655	4.195	-	-	-	-	-	-	4.850
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	(2.556)	-	(2.556)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	(655)	-	(655)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(44.980)	(44.980)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(22.316)	(22.664)	-	-	44.980	-
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.089.379</u>	<u>56.357</u>	<u>(18.448)</u>	<u>10.295</u>	<u>-</u>	<u>(20.287)</u>	<u>(9.923)</u>	<u>-</u>	<u>1.107.373</u>
Dividendos/JCP	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Prêmio de opções de ações	263	679	-	-	-	5.231	-	(4.691)	1.481
Ajuste de valor justo Investimento Rohr	-	-	-	-	-	-	(7.417)	-	(7.417)
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	1.205	-	1.205
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(4.747)	(4.747)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(9.435)	-	-	-	9.435	-
Em 31 de dezembro de 2020	<u>1.089.642</u>	<u>57.036</u>	<u>(18.448)</u>	<u>860</u>	<u>-</u>	<u>(15.056)</u>	<u>(16.135)</u>	<u>-</u>	<u>1.097.899</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(4.747)	(44.980)	(4.747)	(44.980)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	122.713	127.135	150.338	162.267
Imposto de renda e contribuição social diferido	691	(26.665)	(1.989)	(19.418)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.586)	2.076	(389)	3.174
Provisão para despesa com opções de ações	3.437	4.195	3.437	4.195
Benefícios Pós-Emprego	1.049	1.211	1.049	1.211
Valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis vendidos e baixados	18.540	15.226	21.137	15.515
Juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas	13.730	18.920	14.723	19.492
Provisão para perdas esperadas no contas a receber	407	8.799	3.147	11.474
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável e valor justo	151	765	151	765
Provisão para estoques de giro lento	991	2.002	(2.652)	5.136
Ajuste CPC 48/ IFRS 9	-	44	-	44
Provisão para participação nos resultados	5.735	4.555	6.576	9.183
Resultado de participações em investimentos	(28)	(9.434)	-	-
Outras provisões (reversões)	(288)	283	(1.214)	1.749
(Aumento)/Redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos:				
Contas a receber	(38.743)	(21.986)	(10.523)	(44.646)
Aquisições de bens do ativo imobilizado de locação	(1.274)	(417)	(1.363)	(6.086)
Estoques	(3.708)	(8.473)	(1.724)	(8.807)
Tributos a recuperar	249	904	889	1.063
IRPJ e CSLL a compensar	1.960	(1.975)	1.552	(1.937)
Depósitos judiciais	155	5.012	203	5.067
Outros ativos	(1.078)	523	(744)	(760)
Fornecedores	6.306	3.785	13.671	6.031
Salários e encargos sociais	(2.860)	8.513	(8.702)	5.759
Participação nos resultados	(5.856)	(6.568)	(8.581)	(3.714)
Tributos a pagar	7.907	3.603	11.890	2.247
Outros passivos	(118)	(116)	(278)	508
Processos judiciais liquidados	(828)	(7.649)	(1.067)	(7.649)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(5.682)	-
Juros pagos	(26.740)	(28.178)	(28.880)	(30.990)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	96.167	51.110	150.228	85.893
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de caixa decorrente de incorporação de controlada	-	-	-	33.685
Aquisições de bens do ativo imobilizado bens de uso próprio e intangível	(9.973)	(5.008)	(10.184)	(5.445)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	(9.973)	(5.008)	(10.184)	28.240

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	263	655	263	655
Depósitos bancários vinculados	-	88.811	-	88.811
Captação de empréstimos e debêntures	180.569	-	180.569	-
Amortização de empréstimos e debêntures	(38.897)	(106.193)	(47.000)	(118.861)
Arrendamento pagos	(15.792)	(16.354)	(19.881)	(20.463)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	<u>126.143</u>	<u>(33.081)</u>	<u>113.951</u>	<u>(49.858)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>212.337</u>	<u>13.021</u>	<u>253.995</u>	<u>64.275</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>73.656</u>	<u>60.635</u>	<u>124.910</u>	<u>60.635</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>285.993</u>	<u>73.656</u>	<u>378.905</u>	<u>124.910</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido	<u>212.337</u>	<u>13.021</u>	<u>253.995</u>	<u>64.275</u>

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até cinco anos, no valor total de R\$ 30.887 e que não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa por não representarem movimentações de caixa.

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado*	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas:				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	457.446	354.439	592.817	510.376
Cancelamentos e descontos	(17.874)	(17.586)	(30.816)	(23.956)
Outras receitas	1.129	1.821	2.910	979
Provisão para perda de créditos esperadas	(407)	(8.799)	(3.147)	(11.474)
	<u>440.294</u>	<u>329.875</u>	<u>561.764</u>	<u>475.925</u>
Insumos adquiridos de terceiros:				
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(6.549)	(8.488)	6.932	(20.872)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(110.750)	(101.289)	(146.706)	(128.213)
Provisão por perdas estimadas por valor não recuperável	(151)-	(765)	(151)	(765)
Baixa de ativos	<u>(18.540)</u>	<u>(15.212)</u>	<u>(21.137)</u>	<u>(15.501)</u>
Valor adicionado bruto	<u>304.304</u>	<u>204.121</u>	<u>400.702</u>	<u>310.574</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(122.713)	(127.135)	(150.338)	(162.267)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>181.591</u>	<u>76.986</u>	<u>250.364</u>	<u>148.307</u>
Valor adicionado recebido em transferência:				
Receitas financeiras	7.578	9.584	14.153	13.917
Resultado de equivalência patrimonial	28	9.434	-	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>189.197</u>	<u>96.004</u>	<u>264.517</u>	<u>162.224</u>
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal e encargos	<u>96.868</u>	<u>81.752</u>	<u>118.190</u>	<u>110.355</u>
Remuneração direta	75.459	62.886	90.235	84.783
Benefícios	15.776	14.675	21.240	19.866
FGTS	5.633	4.190	6.715	5.707
Impostos, taxas e contribuições	<u>61.259</u>	<u>32.529</u>	<u>88.764</u>	<u>61.744</u>
Federais	58.688	29.108	81.357	55.813
Estaduais	1.450	2.005	5.827	4.018
Municipais	1.121	1.416	1.580	1.914
Remuneração sobre o capital de terceiros	<u>35.817</u>	<u>26.704</u>	<u>62.310</u>	<u>35.104</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

Demonstrações de valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado*</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros e variações cambiais	16.140	21.793	24.521	27.374
Aluguéis	<u>19.677</u>	<u>4.911</u>	<u>37.789</u>	<u>7.730</u>
Remuneração de capitais próprios	(4.747)	(44.980)	(4.747)	(44.980)
Prejuízo do exercício	<u>(4.747)</u>	<u>(44.980)</u>	<u>(4.747)</u>	<u>(44.980)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>189.197</u>	<u>96.004</u>	<u>264.517</u>	<u>162.224</u>

(*) Em razão da aquisição do controle acionário da controlada a partir de maio de 2019, os valores consolidados contemplam doze meses da controladora e apenas oito meses (maio a dezembro de 2019) da controlada.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de infraestrutura, imobiliário e industrial, desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos de carga, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos.
- (c) Participação como acionista ou cotista em outras Companhias ou sociedades.

O estatuto da Companhia também prevê:

- (d) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (e) Prestação de serviços de pintura industrial, jateamento, isolamento térmico, caldeiraria e refratários, bem como os demais serviços inerentes a tais atividades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Construção e Rental. Conforme descritivo apresentado na nota explicativa 30.

1.1 Impactos Covid-19

Em 20 de março de 2020, o Senado Federal reconheceu estado de calamidade pública no Brasil devido à pandemia causada pelo COVID-19. O vírus, que infelizmente já havia vitimado e ainda vitima milhares de pessoas no Mundo, também causou impactos nas economias internacionais e brasileira, interrompendo uma tendência de crescimento das mesmas e, levando a recessões em 2020.

Os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19 começaram a ser observados na Companhia a partir do final do mês de março, provocando, no segundo trimestre de 2020, uma redução de 26,4% na receita líquida consolidada de locação da Unidade de Negócios Rental em relação ao primeiro trimestre (sem concentração em nenhum setor específico), com o mês de maio de 2020 caracterizando-se pela maior retração na atividade de locação. A partir de junho, iniciou-se uma recuperação, concretizada ao longo do terceiro trimestre com a maior flexibilização das regras de isolamento e reabertura de indústrias, centros comerciais e demais

estabelecimentos, ainda que gradual. Essa recuperação no ambiente econômico resultou num aumento da receita líquida consolidada de locação da Unidade de Negócios Rental no terceiro trimestre de 15,3% em relação ao segundo trimestre e no quarto trimestre de 29,0% em relação ao trimestre anterior, com o mês de dezembro de 2020 caracterizando-se pela maior recuperação na atividade de locação no ano. No ano, a receita líquida de locação da Rental, em bases combinadas, apresentou um valor similar ao registrado em 2019.

Já a Unidade de Negócios Construção, devido à característica dos seus equipamentos e dos seus contratos (os quais possuem menor velocidade de giro), mostrou uma maior resiliência na sua atividade de locação, encerrando o quarto trimestre em um patamar similar ao terceiro trimestre de 2020. No ano, a receita líquida de locação apresentou um crescimento de 22,0% em relação ao ano de 2019.

Tais performances são resultado das diversas ações tomadas pela Mills a partir de março de 2020 para mitigar os impactos econômico-financeiros causados pelo COVID-19. Conforme já divulgado, em resposta à crise a Companhia instalou um Comitê Interno de perfil multidisciplinar exclusivamente para tratar das várias faces do tema, aumentou a frequência das reuniões da Administração e implementou diversas ações, tais como o aumento da modalidade de home office, a suspensão de viagens, de eventos com aglomerações e a intensificação dos procedimentos de limpeza, entre outras, zelando pela saúde e segurança dos seus colaboradores, bem como pela continuidade das suas operações e da sua saúde financeira, destacando nesse caso:

- Manutenção das atividades comerciais e operacionais das filiais espalhadas pelo Brasil, garantindo o atendimento aos clientes;
- Recebimentos originados da operação no quarto trimestre de 2020 no montante aproximado de R\$ 156 milhões;
- Reprogramação de faturas a receber de clientes compensada pela reprogramação de contas a pagar a fornecedores, com foco no equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia;
- Implementação de gestão matricial de despesas, visando identificar oportunidades de contenção de gastos, tais como aluguéis, consultorias, viagens, peças, fretes e pessoal, sem com isso comprometer as operações da Companhia;
- Acompanhamento e adoção, quando possível, de medidas do Governo Federal, destacando a postergação de pagamento tributos no montante aproximado de R\$ 14 milhões no primeiro semestre de 2020;
- Suspensão temporária de investimentos para preservação de caixa, destacando a adequação e/ou renovação da frota de equipamentos da Rental e as integrações de filiais, sendo que neste último há uma limitação adicional pela restrição de deslocamentos;
- Reavaliação do perfil de dívida da Companhia, já resultando no alongamento do prazo de pagamento das debêntures Solaris por um ano, no montante total de R\$ 22 milhões, e na emissão de nova dívida, no montante total de R\$ 84 milhões;

- Mapeamento de novas oportunidades para buscar compensar, ainda que parcialmente, a redução da receita e melhorar o posicionamento da Companhia quando da retomada do crescimento;
- Saldo de caixa de R\$ 379 milhões, representando R\$ 171 milhões de caixa líquido (R\$136 milhões em 30/09/2020, R\$102 milhões em 30/06/2020, R\$ 60 milhões em 31/03/2020 e R\$ 33 milhões em 31/12/2019);

Considerando o exposto e os vários riscos e incertezas aos quais a Companhia está sujeita, a Administração efetuou diversos testes de stress de caixa e de covenants a partir de diferentes cenários econômicos para o ano de 2020 e seus possíveis impactos na Companhia, analisando também as estimativas contábeis e a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020, não observando até o presente momento efeitos significativos que pudessem modificá-las.

1.2 Busca e apreensão de material na sede da Companhia

Conforme fato relevante divulgado em 23 de setembro de 2020, a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão em sua sede, em cumprimento à ordem judicial proferida pela Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belo Horizonte, em decorrência de processo que tramita em segredo de justiça e que apura possíveis irregularidades na construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais, especificamente entre os anos de 2007 a 2010. A Companhia, que forneceu equipamentos para a realização da obra e desconhecia o processo até então, após o cumprimento da ordem relatada, não foi mais requerida a fornecer informações. Em dezembro de 2020, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia em desfavor de dezesseis pessoas referente ao tema, nenhuma delas com vínculo passado ou presente junto à Mills. Até o momento, todas as medidas judiciais passíveis de serem manejadas pela Companhia foram executadas. Atualmente o processo se encontra suspenso em função de decisão Supremo Tribunal Federal, nos autos de Reclamação distribuída por terceiro. Em paralelo a esse contexto, foi criado pela Companhia um Comitê de Investigação subordinado ao Conselho de Administração, no intuito de auxiliar com a apuração dos fatos. Para fins de assessoramento técnico, também foi contratado um escritório de advocacia especializado em compliance e uma empresa de auditoria forense. Após uma extensa apuração, nenhum ato ilegal ou violação foi identificado ou evidenciado que pudessem sugerir ou demonstrar a participação de colaboradores ou ex-colaboradores da Companhia. A Companhia segue à disposição das autoridades para colaborar com qualquer apuração, sempre que necessário.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As informações contábeis contidas nessas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, pelo valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes (Notas Explicativas nºs 4, 5, 6, 7, 16, 17, 18 e 31).

(ii) *Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(iii) *Resultado por segmento de negócio*

O resultado por segmento de negócio é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável pela execução das decisões estratégicas da Companhia, emanadas do Conselho de Administração.

(iv) *Demonstrações de valor adicionado (DVA)*

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar ao requerido pelas IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2 Principais políticas contábeis

(i) *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e outros afins. Incluem depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(ii) *Depósitos bancários vinculados*

Depósitos bancários vinculados são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de liquidação ou reposição de garantias de determinado empréstimo ou financiamento de curto e longo prazo. Esses depósitos são bloqueados ou com restrição de movimentação por força de

cláusula contratual.

(iii) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os ativos mantidos para negociação. Esses ativos financeiros são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

b. Custo amortizado

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais

c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

d. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

(iv) Contas a receber de clientes

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência quando da prestação dos serviços e/ou venda para os clientes. Todas as contas a receber têm origem os serviços prestados ou as vendas de mercadorias pelas unidades de negócio da Companhia.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo no momento da venda, ajustado pela redução ao valor recuperável sobre as contas a receber (provisão para perdas com créditos esperadas). A provisão para perdas com créditos esperadas é constituída quando há evidência objetiva de que a Companhia não conseguirá receber o montante total de acordo com os termos originais das contas a receber.

A provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) sobre os recebíveis comerciais, é feita por meio da matriz de provisão, onde são utilizadas as taxas de inadimplência históricas sobre o fluxo de caixa esperado do contas a receber. Foi identificado que os recebíveis comerciais da Companhia possuem características comuns de risco num mesmo segmento de negócio.

Nessa abordagem foram definidas os principais conceitos utilizados no cálculo da provisão para perdas com créditos esperadas (PCE) da Companhia:

- Definição dos agings por segmento de negócio;
- Cálculo da velocidade da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses;
- Cálculo do percentual da rolagem em cada um dos agings (rolagem) dos últimos 6 meses;
- O cálculo da PCE será o resultado da inadimplência média histórica dos últimos 6 meses aplicado aos saldos do contas a receber em cada um dos agings em cada Unidade de Negócio;
- A média da inadimplência dos últimos 6 meses é ajustada mensalmente por meio da nova média móvel histórica aplicada aos novos agings;
- É considerado no cálculo todo o aging de faturas emitidas que estejam em aberto. Provisões de receita oriundas de boletins de medição em aprovação, não são consideradas no cálculo, por não se tratar ainda de faturamento efetivo;
- Os títulos vencidos acima de 360 dias e os títulos incluídos em Negociações de Dívida ou em Recuperação Judicial são considerados como 100% em PCE.

(v) *Estoques*

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

Mensalmente, é feita a apuração e a contabilização da provisão para estoques de giro lento. São considerados como passíveis de provisionamento todos os itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

(vi) *Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos*

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil, na data da apresentação das demonstrações financeiras, que são 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Periodicamente a Administração avalia posições tomadas em relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e bases negativas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros sejam suficientes para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(vii) *Ativos mantidos para venda*

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocado ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos de benefícios a empregado, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

(viii) *Depósitos judiciais*

Os depósitos judiciais estão apresentados em valores atualizados monetariamente e estão apresentados no ativo não circulante (nota explicativa 22.a).

(ix) *Imobilizado: uso próprio e locação e uso operacional*

Do imobilizado de locação e uso operacional provém a maior parte das receitas da Companhia, quer via aluguel somente, ou aluguel combinado com montagem e desmontagem.

O imobilizado de uso próprio consiste principalmente nas instalações para guarda dos equipamentos, escritório, benfeitorias, mobiliário e equipamentos necessários ao funcionamento dessas instalações.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas apresentadas na nota explicativa 13, que levam em consideração a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Terrenos não são depreciados.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado operacional.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(x) Intangíveis

Programas de computador (Software)

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Custos associados aos desenvolvimentos desses *softwares* são capitalizados e os referentes à manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os *softwares* possuem vida útil definida e são amortizados no prazo de dez anos (nota explicativa 15). A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

(xi) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(xii) Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo, para esse fim a Companhia considera suas divisões como unidades geradoras de caixa. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso, sendo este último o método usado pela Companhia em seu teste de ágio reconhecível na unidade geradora de caixa “Construção”. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(xiii) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(xiv) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão registradas pelo montante das perdas prováveis, observada a natureza de cada provisão (nota explicativa 22). A Administração, apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos em andamento. As provisões são mensuradas pelo valor estimado dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa no resultado.

(xv) ***Benefícios concedidos a empregados***

Provisão para participação nos lucros e resultados

O acordo de participação nos lucros e resultados foi estruturado com o intuito de premiar os empregados, com pelo menos 90 dias trabalhados no ano base de 2020, em função do desempenho geral da Mills e, também, pelas suas competências individuais nas contribuições feitas ao negócio, dentro de sua respectiva área de atuação e cargo ocupado

O Programa de Participação Resultados de 2020 é baseado no atingimento do *EBITDA* ajustado, capturas de sinergias oriundas da combinação de negócios com a Solaris Equipamentos e metas corporativas e individuais.

O reconhecimento dessa participação, quando há, é realizado durante o exercício e o desembolso, quando devido, até o mês de abril do exercício subsequente (nota explicativa 20e).

Planos de opção de compra de ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de opção de compra de ações.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições (nota explicativa 20.c).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, quando as opções são exercidas.

Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos um programa de incentivo com ações restritas. As outorgas realizadas nos termos do plano poderão conferir durante todo o prazo de vigência do plano, um número de ações que não exceda 8.779.322, correspondentes a 5% do capital social da Companhia na data de sua aprovação.

Com o propósito de satisfazer a concessão das ações restritas outorgadas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia utilizará, obrigatoriamente, ações mantidas em tesouraria, uma vez que não haverá emissão de novas ações a serem subscritas.

O valor justo das ações é reconhecido como despesa. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nos termos do contrato do plano (nota explicativa 20.d).

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido.

Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

(xvi) *Empréstimos e financiamentos*

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente, demonstrados pelo valor de custo amortizado. A metodologia do cálculo para cada empréstimo segue as condições particulares de cada contrato, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas e os tributos pagos para contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, e também são registrados na rubrica de despesas financeiras pela taxa efetiva de juros.

A Administração controla mensalmente os saldos de cada dívida através de controles gerenciais, no qual atualiza os indicadores financeiros (taxas de juros) conforme acordado em cada contrato.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras.

(xvii) *Conversão em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(xviii) *Capital social*

O capital social da Companhia é composto de ações ordinárias e sem valor nominal.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(xix) *Recompra de ações (ações em tesouraria)*

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando da venda ou da reemissão subsequente, o valor recebido é reconhecido como aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou déficit resultantes são reconhecidos como reserva de capital.

(xx) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando há, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

(xxi) Reconhecimento de receita

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre os bens ou serviços ao cliente e quando é provável que venha a receber a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Não foram identificadas exceções no reconhecimento das obrigações de desempenho no que tange à adoção da IFRS 15/CPC 47. A Companhia identificou que suas receitas têm uma única obrigação de desempenho, conforme os contratos com clientes.

A receita de locação é reconhecida *pro rata temporis* no resultado mensalmente de forma linear de acordo com os contratos de locação de equipamentos, classificados como arrendamento operacional, não tendo recebimentos contingentes ou não canceláveis reconhecidos como receita durante a vigência do contrato.

A Companhia separa os componentes identificáveis de um único contrato ou de um grupo de contratos, a fim de refletir a substância de um contrato ou de um grupo de contratos, reconhecendo a receita de cada um dos elementos de forma proporcional ao seu *fair value*. Dessa forma, a receita da Companhia se divide em locação, assistência técnica, vendas, indenizações, vendas de seminovos e recuperações de despesa.

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Companhia.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre as vendas.

(xxii) **Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e na IAS 33.

2.3 Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas demonstrações financeiras tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, divulgadas nas notas explicativas n.ºs 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas na CVM no dia 18 de março de 2020 e no dia 27 de março de 2020 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

2.4 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as informações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

a. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empresas controladas.

A seguir são apresentados os detalhes da controlada da Companhia no encerramento do exercício:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação - %	
		31/12/2020	31/12/2019
Solaris Equipamentos e Serviços S.A.	Venda e locação de equipamentos e prestação de serviços de manutenção e assistências técnica.	100%	100%

No processo de consolidação das informações contábeis são contempladas as seguintes eliminações:

- (i) Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- (ii) Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- (iii) Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas considerando os montantes da Controladora e os montantes levantados a partir da data de aquisição e incorporação da Solaris Participações, maio de 2019, conforme nota explicativa 1.1.

2.5 Normas vigentes em 2020

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às International Financial Reporting Standards (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2020.

(i) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS

A estrutura revisada é mais abrangente do que a anterior - seu objetivo é fornecer à Administração um conjunto completo de ferramentas para a definição de padrões. Abrange todos os aspectos da definição de padrões, desde o objetivo das demonstrações financeiras até sua apresentação e divulgações.

No entanto, a maioria dos conceitos não é nova - a estrutura revisada codifica o pensamento da Administração adotado em padrões recentes.

(ii) Definição de Negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3)

As principais alterações ocorridas na definição de negócio foram:

- Definição mais restrita de saídas: concentra-se em bens ou serviços para clientes (e investimento ou outras receitas fruto das atividades ordinárias);
- Mínimas entradas de recursos e processos: um conjunto de atividades e ativos devem incluir, no mínimo, uma entrada e um processo substantivo para ser um negócio;
- Somente processos substantivos são relevantes: o processo adquirido deve ser substantivo. Orientação adicional é fornecida para identificar se o processo adquirido é substantivo e a avaliação depende se o conjunto têm saídas;
- A força de trabalho tem papel central: uma força de trabalho organizada ou um contrato de terceirização que dá acesso à uma força de trabalho organizada é um indicador de um processo substantivo;
- A presença do ágio não é mais relevante: a presunção foi removida da definição.

(iii) Definição de Materialidade (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)

Foram apresentadas apenas sugestões de natureza redacional que foram acatadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As sugestões de conteúdo que propiciaram melhor aderência do texto final às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB foram também acatadas e incluídas no texto final.

(iv) **Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7)**

Foi apresentada apenas sugestão de natureza redacional, para fins de consistência com a redação da norma IFRS, que foi acatada pelo Comitê de Pronunciamento Contábil.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às International Financial Reporting Standards (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de junho de 2020.

(v) **Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06 (R2) /IFRS 16)**

O arrendatário normalmente recalcula os pagamentos de arrendamento usando uma taxa de desconto revisada, e, em muitos casos, ajusta o ativo de direito de uso. Com a inclusão do novo expediente prático, a contabilização do benefício não precisa seguir orientação de modificação de contrato. Entretanto, o expediente prático somente pode ser adotado por arrendatários e aplicação consistente para contratos similares.

Nessa análise devem ser considerados os seguintes fatores: razões para a negociação, o momento da negociação e do acordo, as razões explícitas nos acordos, leis e regulamentos relevantes, avaliações individuais e agregadas e extensão e natureza das intervenções governamentais.

3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e investimento reconhecido a valor justo

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e das expectativas da Administração para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa ou investimento objetos dos testes. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos

de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Vide notas explicativas 13 e 15.

3.2 Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e os modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 20.

3.3 Impostos diferidos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e na despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das Autoridades Fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todas as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização destas.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3.4 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros, tais como *stock option*, títulos e valores mobiliários e instrumentos de *hedge*, apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

3.5 Provisões para perdas de créditos esperadas

A Companhia reconhece provisão para perdas com créditos esperadas para todos os seus contas a receber que atendam aos critérios detalhados na nota explicativa 2.2 (iv). A avaliação da necessidade de Constituição dessa provisão inclui a análise de evidências disponíveis quanto à capacidade de pagamento dos seus clientes, inclusive de forma a permitir a classificação de

alguns como preferenciais e embasar o encaminhamento de outros para cobrança jurídica. Julgamento significativo da Administração é requerido na classificação de seus clientes, na definição dos critérios aplicados e na avaliação da sua acurácia.

3.6 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente e conforme descrito na nota explicativa 13.a, identificou alterações no prazo de vida útil de alguns equipamentos no exercício de 2020.

3.8 Reconhecimento de receita

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no resultado tendo como base a medição das etapas de execução dos serviços realizados até a data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco e tem como política não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, quando for o caso. A Diretoria Financeira identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

A Diretoria Financeira estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

4.2 Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em Reais.

(ii) **Risco de taxa de juros e atualização monetária**

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI, IPCA e TJLP. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e *hedge*. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide abaixo, análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros .

(iii) **Análise de sensibilidade**

Segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração na variável de risco (25% e 50%), respectivamente (cenários II e III):

				Controladora	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	284.823	5.701	4.276	2.851

				Controladora	
				Efeito no resultado	
Dívida	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
4ª emissão de debêntures	CDI	100.318	5.951	6.849	7.748
5ª emissão de debêntures	CDI	84.242	6.654	7.423	8.191
	Total	184.560	12.605	14.272	15.939

				Consolidado	
				Efeito no resultado	
Aplicações Financeiras	Indicador	Contábil	Provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	377.725	7.659	5.745	3.830

Instrumentos financeiros derivativos	Indicador	Contábil	Provável	Consolidado	
				25%	50%
Swap	Variação cambial + 7,75% a.a. e 100% CDI + 3,63%	808	682	1.606	2.532

Dívida	Indicador	Contábil	Provável	Consolidado	
				25%	50%
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	21.631	1.876	2.075	2.274
Capital de giro	CDI	4.547	437	480	522
4ª emissão de debêntures – Mills	CDI	100.318	5.951	6.849	7.748
5ª emissão de debêntures – Mills	CDI	84.242	6.654	7.423	8.191
	Total	210.738	14.918	16.827	18.735

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referências	31/12/2020		
	Provável I	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxas			
CDI (%) (i)	3,50%	4,38%	5,25%
CDI passivo (%)	3,50%	2,63%	1,75%

- (i) Como relação ao risco de juros, a Administração da Companhia considerou como premissa provável (cenário I) para seus instrumentos financeiros uma taxa de 3,50%, informação extraída do relatório FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 5 de fevereiro de 2021, considerando um aumento na taxa CDI em linha com aumento esperado da taxa Selic, uma vez que existe uma relação direta entre as taxas, e um aumento da taxa como premissa para os outros dois cenários, de acordo com o cenário de deterioração.

4.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

(i) Contas a receber

A Companhia fatura periodicamente os valores por locações e vendas devidos por seus clientes, por prazos que variam, normalmente, de 30 a 60 dias, cujo prazo médio de recebimento em 2020 foi de 66 dias. Dessa forma, está sujeita ao risco de inadimplência em relação ao contas a receber. Primordialmente, a carteira de crédito comercial da Companhia está concentrada em clientes nacionais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável quando entende que há risco de não recebimento dos valores devidos conforme o modelo de perda esperada definida pelo CPC 48.

A gestão do risco de crédito dos clientes é exercida pela Gerência Administrativa da Companhia, que avalia a capacidade financeira de pagamento dos clientes. Essa análise é realizada antes do efetivo acordo comercial entre as partes e, para tal, são analisados individualmente cada cliente, levando-se, principalmente, em consideração as seguintes informações: (i) dados cadastrais; (ii) informações e indicadores financeiros; (iii) classes de risco (metodologia SERASA) e (iv) pendências e protestos no Serasa.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas.

A Companhia tem como prática utilizar somente instituições financeiras de grande porte, que estejam entre os 10 bancos com maiores ativos do Brasil. A Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(iii) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Conta corrente				
Banco (i)	1.170	18	1.199	113
Aplicações				
Banco (i)	284.823	73.638	377.706	124.797
Depósitos bancários vinculados (i)	-	-	-	-
Total de caixa e equivalente de caixa e depósitos bancários vinculados	285.993	73.656	378.905	124.910

(i) Principais instituições financeiras com ampla atuação no Brasil e entre os 10 bancos com maiores ativos totais do Brasil.

4.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que esta tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As previsões mensais levam em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e o cumprimento de metas internas conforme o plano estratégico da Companhia. Além disso, a Companhia mantém linhas de crédito com as principais instituições financeiras que atuam no Brasil.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar o pagamento.

As taxas de juros (CDI e TJLP) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Controladora
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures	-	384	6.889	41.172	56.534	119.521	224.500
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.240	2.428	10.404	12.923	35.023	62.018
Arrendamentos a pagar - veículos	-	248	482	2.119	2.756	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	114	-	-	23.644
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	390	-	-	390
Em 31 de dezembro de 2019							
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	-	-	60.423	-	-	60.423
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.047	2.078	7.012	21.518	30.563	62.218
Arrendamentos a pagar - veículos	-	196	392	1.049	141	-	1.778
Contas a pagar a terceiros	7.185	10.207	1.918	29	-	-	19.339
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	-	2.893	-	-	2.893

	Vencidos	Até um mês	Mais que um mês e menos que três meses	Mais que três meses e menos que um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos	-	98	2.239	2.561	-	-	4.898
Debêntures	-	500	7.127	59.595	60.495	119.523	247.240
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.240	2.428	11.119	12.923	35.023	62.733
Arrendamentos a pagar - veículos	-	248	482	2.119	2.576	2.472	8.077
Contas a pagar a terceiros	1.059	18.217	4.254	6.756	-	-	30.286
Em 31 de dezembro de 2019							
Capital de giro	-	112	1.778	2.466	-	3.876	8.232
Empréstimos e financiamentos	-	279	450	1.324	-	618	2.671
Debêntures	-	842	2.975	78.890	-	3.949	86.656
Arrendamentos a pagar - imóveis	-	1.344	2.625	8.842	22.498	30.563	65.872
Arrendamentos a pagar - veículos	-	338	676	2.328	523	-	3.865
Contas a pagar a terceiros	1.685	19.511	4.977	309	-	-	26.482

5 Gestão de capital

O objetivo de gerir a estrutura de capital desejável da Companhia está em proteger o seu patrimônio, dar continuidade ao negócio, oferecer boas condições para seus colaboradores, partes interessadas e um retorno satisfatório para os acionistas. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

Visando a manutenção ou ao ajuste da estrutura de capital, a Companhia poderá, por exemplo, conforme estatuto social, aumentar o seu capital, emitir novas ações, aprovar a emissão de debêntures e aquisição de ações de sua própria emissão.

A Companhia utiliza como principal indicador de desempenho para avaliar sua alavancagem financeira a razão entre o endividamento líquido total (dívida bancária total menos disponibilidades totais) e o Fluxo de Caixa Operacional acumulado nos últimos 12 meses.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Dívida bancária total	184.560	58.911	210.738	91.557
Empréstimos e Financiamentos	-	2.545	4.547	10.215
Debêntures bruta (vide nota explicativa nº17)	184.560	56.367	206.191	81.342
Caixa equivalente de caixa	285.993	73.656	378.905	124.910
Depósitos bancários vinculados	-	-	-	-
Endividamento líquido	101.433	14.745	168.167	33.353
Patrimônio líquido	1.097.899	1.107.373	1.097.899	1.107.373
Índice de endividamento líquido em relação ao Patrimônio líquido	0,09	0,01	0,15	0,03

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital social.

Linhas de créditos disponíveis

	Controladora	
	2020	2019
Linhas de crédito bancário não asseguradas revisadas anualmente e com pagamento mediante solicitação:		
Utilizadas	-	14.843
Não utilizadas	3.200	203.200
Linhas de crédito bancário asseguradas com vários prazos de vencimento e que podem ser estendidas de comum acordo:		
Utilizadas	3.200	14.843
Não utilizadas	-	-

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	1.170	18	1.199	113
Aplicações financeiras	<u>284.823</u>	<u>73.638</u>	<u>377.706</u>	<u>124.797</u>
	<u>285.993</u>	<u>73.656</u>	<u>378.905</u>	<u>124.910</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se substancialmente aos depósitos e às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras referem-se a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários - CDB remuneradas pela taxa média de 99,94% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (94,80%, em 31 de dezembro de 2019).

7 Contas a receber de terceiros

Unidade de negócio	Controladora						Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019			31/12/2020			31/12/2019		
	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido	Contas a receber bruto	PCE	Contas a receber líquido
Construção	62.891	(46.152)	16.739	88.304	(66.841)	21.463	62.891	(46.152)	16.739	88.304	(66.841)	21.463
Rental	104.260	(38.521)	65.739	89.088	(42.546)	46.542	145.069	(61.432)	83.637	163.823	(68.483)	95.340
	<u>167.151</u>	<u>(84.673)</u>	<u>82.478</u>	<u>177.393</u>	<u>(109.387)</u>	<u>68.005</u>	<u>207.960</u>	<u>(107.584)</u>	<u>100.376</u>	<u>252.127</u>	<u>(135.323)</u>	<u>116.803</u>
Circulante	109.338	(26.860)	82.478	86.948	(18.942)	68.005	132.546	(32.170)	100.376	141.903	(25.100)	116.803
Não circulante	57.813	(57.813)	-	90.445	(90.445)	-	75.414	(75.414)	-	110.223	(110.223)	-

São consideradas no cálculo todo o *aging* de faturas emitidas em aberto.

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes da Companhia e suas controladas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	(109.387)	(124.389)	(135.323)	(124.389)
Ajuste aquisição Solaris até Abril/2019	-	-	-	(24.685)
Impacto líquido de PCE no resultado (i)	(407)	(8.799)	(3.147)	(11.474)
Baixas	25.121	23.801	30.886	25.225
	(84.673)	(109.387)	(107.584)	(135.323)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, na Controladora, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 29.711 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 16.057) e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 29.304 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 7.258), gerando um resultado líquido negativo de R\$ 407 (em 31 de dezembro de 2019 resultado líquido negativo de R\$ 8.799). No Consolidado, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 34.756 (e a reversão de provisão para perdas de crédito esperadas foi de R\$ 31.609, gerando um resultado líquido negativo de R\$ 3.147.

A análise de vencimentos do contas a receber bruto está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	87.504	57.680	100.159	96.798
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	1.619	1.709	1.619	1.709
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	13.330	13.360	16.889	20.714
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	1.961	4.086	3.039	7.860
Vencidos de 121 a 180 dias (*)	877	3.285	2.064	4.722
Vencidos acima de 180 a 360 dias (*)	4.046	6.828	8.778	10.114
Vencidos acima de 360 dias (*)	57.814	90.445	75.412	110.210
	167.151	177.393	207.960	252.127

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda	1.350	2.252	86	2.268
Peças de reposição e suprimentos	39.742	23.631	48.607	44.701
Provisão para estoque de giro lento (*)	(4.867)	(3.877)	(7.979)	(10.632)
	36.225	22.006	40.714	36.337

(*) Itens do estoque sem movimentação há mais de um ano.

O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos motorizados de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

A movimentação de R\$ 990 na conta de provisão para estoque de giro lento na controladora foi resultado de uma provisão de R\$ 2.036 e reversão de R\$ 1.046 ao longo do ano. No consolidado, o impacto de R\$ 2.653 na conta foi resultado de uma provisão de R\$ 3.535 e uma reversão de R\$ 6.188

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL a recuperar (*)	415	2.376	5.815	7.367
PIS e COFINS a recuperar (**)	2.105	2.522	3.880	4.981
ICMS a recuperar (***)	505	320	1.257	988
Outros	347	363	618	674
	<u>3.372</u>	<u>5.581</u>	<u>11.570</u>	<u>14.010</u>
Circulante	3.371	5.581	11.221	14.010
Não Circulante	1	-	349	-

- (*) Refere-se ao saldo negativo de imposto de renda, oriundo do imposto de renda retido na fonte sobre o resgate de aplicações financeiras, que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos federais durante o exercício de 2021.
- (**) Os créditos de Programa de Integração Social (PIS) e de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados à razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos.
- (***) Corresponde aos créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de mercadorias para revenda.

10 Ativos mantidos para venda

Em abril de 2017, a Companhia celebrou contratos de permuta de créditos do contas a receber por imóveis, os quais não serão utilizados em sua operação. Esses imóveis foram postos à venda.

O Pronunciamento Técnico CPC 31, determina que um ativo deverá ser classificado como um ativo disponível para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Desta forma, a Companhia classificou esses bens recebidos por meio de permuta, na conta de ativos mantidos para venda.

Em junho de 2020, conforme instrumento particular de dação em pagamento em cumprimento a plano de recuperação judicial, a Companhia aprovou o recebimento de bens móveis para fins de quitação de crédito no montante de R\$ 18.906, partindo da premissa que a venda dos referidos bens será efetivada em até 90 dias, a contar da transferência da propriedade dos mesmos.

Essa operação iniciou em julho de 2020 e até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi o valor líquido de R\$ 4.357

	Controladora e Consolidado(*)	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos mantidos para venda	13.227	7.028
Perda por desvalorização de ativo (i)	(2.955)	(2.804)
	<u>10.272</u>	<u>4.224</u>

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são integralmente representados pela controladora.

A provisão por perda por desvalorização de ativo, que foi avaliada e registrada no exercício de 2020 no montante de R\$ 151, é o resultado da diferença entre o valor contábil e o valor de mercado desses ativos, conforme laudos de avaliação elaborados por especialistas.

11 Ativo financeiro pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a. Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A. Estruturas Tubulares (“Rohr”) por R\$ 90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou que, em 31 de dezembro de 2020, não possui influência significativa em conformidade com o CPC 18 (R2) e sem alteração em relação à avaliação de 31 de dezembro de 2019 e exercícios anteriores.

b. Valor justo e perda por redução ao valor recuperável

Durante o exercício de 2020, a Companhia fez a revisão do valor justo do instrumento financeiro relativo ao investimento na Rohr por meio de estudo interno. O valor justo desse ativo foi determinado com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base no Produto Interno Bruto (PIB) mais Amplo (IGPM), considerando multiplicadores. Os custos foram projetados baseados em uma meta de margem bruta, que estabiliza em 32,6%. As despesas foram projetadas conforme variação do IGPM. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 15,6% entre os anos de 2021 a 2023 e de 14,9% em diante, inclusive na perpetuidade. A taxa foi obtida através de metodologia utilizada pelo mercado, o custo médio ponderado de capital (WACC) e foi considerado um prêmio por tamanho de 4,2%. Não foi considerada taxa de crescimento em termos reais na perpetuidade.

Em função desse estudo, a Administração estima que o valor justo do investimento na Rohr em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 39.341(R\$ 50.579 em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020 a variação bruta do valor justo foi de R\$ 11.238 (R\$ 3.872 em 31 de dezembro de 2019) , sendo a variação líquida em 31 de dezembro de 2020 de R7.417 (R\$ 2.556 em 31 de dezembro de 2019), considerando o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrada no patrimônio líquido da Companhia.

12 Investimentos

a. Ativos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

A Solaris Equipamentos é um empresa de capital fechado, controlada pela Companhia e tem como objeto social a comercialização, o aluguel e a distribuição de plataformas aéreas de trabalho, manipuladores telescópicos, geradores, equipamento de movimentação de terra, torre de iluminação, compressores de ar e outros equipamentos, peças de reposição e componentes e a prestação serviços de assistência técnica e manutenção.

Informações da controlada	Solaris Equipamentos	
	31/12/2020	31/12/2019
Participação - %	100%	100%
Ativo circulante	127.191	130.470
Ativo não circulante	103.034	223.279
Passivo circulante	39.840	52.728
Passivo não circulante	9.683	14.713
Patrimônio líquido	180.702	286.307

Informações da controlada	Solaris Equipamentos	
	31/12/2020	31/12/2019
Participação - %	100%	100%
Receitas	142.531	145.467
Custos e despesas	(138.456)	(131.343)
Lucro antes dos impostos	4.075	14.214
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(4.157)	(3.891)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(82)	10.323

Movimento dos investimentos em controladas	Controladora
Saldo início do período (30/04/2019)	273.137
Ativos identificáveis avaliados ao seu valor justo em combinação de negócios	39.257
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)	88.011
Redução de investimento (b)	(3.309)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (i)	(7.046)
Resultado do exercício	16.479
Saldo final do exercício (31/12/2019)	406.529
Redução de investimento (b)	(105.496)
Realização dos ativos avaliados ao seu valor justo (i)	110
Resultado do exercício	(82)
Saldo final do exercício (31/12/2020)	301.061

(i) Saldos referentes a realização da mais-valia de ativos apurada no processo de combinação de negócios.

b. Redução de capital em controlada

Após a aquisição da Solaris, como parte da estratégia para captura de sinergias, a Administração passou a realizar reduções de capital (vide nota explicativa 13) por meio de cessão de equipamentos de locação, estoques, móveis/utensílios e benfeitorias nas filiais onde a Companhia e sua controlada possuíam a mesma atuação geográfica.

Filial	Data	Equipamentos de locação	Estoque	Móveis/ utensílios e benfeitorias	Total
São Luis	15-out-19	3.061	236	12	3.309
Serra	30-jan-20	2.137	129	81	2.347
Maracanaú	11-mar-20	5.125	308	10	5.443
Uberlândia	24-mar-20	8.178	304	34	8.516
Cabo de Santo Agostinho	5-jun-20	4.569	210	3	4.781
Cachoeirinha	9-jul-20	3.855	253	2	4.110
Camaçari	3-ago-20	6.646	578	27	7.252
Brasília	20-ago-20	2.680	249	-	2.929
Curicica	26-ago-20	4.478	605	327	5.410
Parauapebas	8-set-20	6.695	378	37	7.110
Contagem	14-set-20	12.871	814	23	13.708
Campinas	21-set-20	6.083	360	4	6.446
Cravinhos	06-out-20	6.079	475	52	6.607
São José dos Pinhais	13-out-20	9.669	466	10	10.145
Osasco	13-nov-20	11.757	6.375	2.561	20.692
		90.821	11.503	3.172	105.496

13 Imobilizado

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Aquisição	229	3.356	3.585	213	-	182	154	-	283	-	-	867	1.699	5.284
Adição por redução de capital em controlada	13.214	-	13.214	-	-	-	-	-	12	-	-	-	12	13.226
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.107	4.074	-	64.181	64.181
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(61.774)	-	(61.774)	(765)	-	(231)	-	-	(45)	-	-	-	(1.041)	(62.815)
Ajuste para crédito PIS e COFINS	(21)	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	88	(3.073)	(2.985)	936	-	2	-	38	(89)	-	-	(974)	(87)	(3.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.033.015	283	1.033.298	19.630	22.959	14.756	1.397	9.946	11.164	60.107	4.074	68	144.101	1.177.399
Aquisição	2.154	-	2.154	807	-	1.273	368	203	331	-	-	2.081	5.063	7.217
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.110	7.461	-	13.571	13.571
Adição por redução de capital em controlada	306.144	-	306.144	5.021	-	1.891	350	38	2.843	-	-	-	10.142	316.286
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	(43.822)	-	(43.822)	(342)	(1.842)	(448)	(349)	-	(8)	(199)	-	-	(3.188)	(47.011)
Ajuste para crédito de PIS e COFINS	(45)	-	(45)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(45)
Transferência	283	(283)	-	120	-	-	-	91	-	-	-	(211)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.297.729	-	1.297.729	25.235	21.117	17.472	1.766	10.277	14.330	66.018	11.535	1.938	169.688	1.467.417

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020*

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Depreciação	(106.290)	-	(106.290)	(1.875)	(617)	(323)	(98)	(871)	(807)	(10.857)	(2.243)	-	(17.691)	(123.981)
Adição por redução de capital em controlada	(10.153)	-	(10.153)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	(1)	(10.154)
Baixa/alienação e Transf p/estoques mantidos para venda	46.746	-	46.746	637	-	231	-	-	33	-	-	-	900	47.646
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(47)	-	(47)	-	-	-	-	-	47	-	-	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(723.489)	-	(723.489)	(9.290)	(4.619)	(14.529)	(1.034)	(5.429)	(8.118)	(10.857)	(2.243)	-	(56.119)	(779.608)
Depreciação	(101.749)	-	(101.749)	(2.023)	(617)	(214)	(153)	(880)	(793)	(10.904)	(2.174)	-	(17.758)	(119.507)
Adição por redução de capital em controlada	(214.620)	-	(214.620)	(3.890)	-	(1.500)	(350)	(2)	(2.198)	-	-	-	(7.940)	(222.560)
Baixa	38.047	-	38.047	178	-	448	256	-	6	199	-	-	1.087	39.134
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.001.811)	-	(1.001.811)	(15.231)	(5.236)	(15.795)	(1.281)	(6.401)	(11.103)	(21.562)	(4.417)	-	(81.026)	(1.082.837)
Taxas anuais de depreciação - %	10 - 12 - 15	-	-		4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2019	309.526	283	309.809	10.340	18.340	227	363	4.517	3.046	49.250	1.831	68	87.982	397.791
Saldo em 31 de dezembro de 2020	295.918	-	295.918	10.004	15.881	1.677	485	3.876	3.227	44.456	7.118	1.938	88.662	384.580

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020*

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Custo do imobilizado bruto														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.081.279	-	1.081.279	18.916	22.959	14.803	1.243	9.905	11.003	-	-	175	79.004	1.160.283
Adição por aquisição de controlada	428.030	5.957	433.987	7.083	-	2.302	896	569	2.954	6.320	2.562	-	22.686	456.673
Mais-valia do ativo imobilizado	39.091	-	39.091	-	-	-	166	-	-	-	-	-	166	39.257
Aquisição	1.350	4.843	6.193	213	-	413	154	33	351	-	-	867	2.030	8.223
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.626	4.987	-	66.613	66.613
Baixa/alienação e Transf p/ estoques mantidos para a venda	(70.301)	-	(70.301)	(932)	-	(271)	-	-	(68)	-	-	-	(1.271)	(71.572)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	(507)	-	(507)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(507)
Reclassificação	-	-	-	330	-	-	-	3	-	-	-	-	333	333
Transferência	1.199	(4.196)	(2.997)	936	-	2	-	38	(77)	-	-	(974)	(75)	(3.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.480.141	6.604	1.486.745	26.546	22.959	17.247	2.459	10.548	14.163	67.946	7.549	68	169.485	1.656.232
Aquisição	3.651	202	3.853	889	-	1.273	368	203	414	-	-	2.081	5.228	9.081
Direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.825	6.204	-	12.029	12.029
Baixa/alienação	(59.157)	(117)	(59.274)	(1.040)	(1.842)	(468)	(457)	(560)	(79)	(199)	-	-	(4.645)	(63.919)
Ajuste de crédito PIS e COFINS	1.260	(517)	743	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	743
Transferência	6.061	(6.061)	-	120	-	-	-	91	-	-	-	(211)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.431.956	111	1.432.067	26.515	21.117	18.054	2.370	10.282	14.498	73.572	13.753	1.938	182.099	1.614.166

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020*

	Equipamentos de locação e uso operacional	Equipamentos de locação a imobilizar	Total equipamentos de locação e uso operacional	Benefícios em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Direito de uso Imóveis	Direito de uso Veículos	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total Consolidado
Depreciação acumulada														
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(653.745)	-	(653.745)	(7.861)	(4.002)	(14.436)	(936)	(4.469)	(7.390)	-	-	-	(39.094)	(692.839)
Adição por aquisição de controlada	(270.061)	-	(270.061)	(4.470)	-	(1.348)	(879)	(337)	(2.078)	(1.326)	(486)	-	(10.924)	(280.985)
Mais-valia do ativo imobilizado	(7.046)	-	(7.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.046)
Depreciação	(131.211)	-	(131.211)	(2.445)	(617)	(549)	(102)	(898)	(939)	(13.751)	(3.105)	-	(22.406)	(153.617)
Baixa/alienação e Transf. p/ estoques mantidos para venda	54.073	-	54.073	761	-	231	-	-	41	-	-	-	1.033	55.106
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(191)	-	-	-	(89)	-	-	-	-	(280)	(280)
Transferência	(48)	-	(48)	-	-	2	-	-	46	-	-	-	47	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(1.008.036)	-	(1.008.036)	(14.206)	(4.619)	(16.100)	(1.917)	(5.794)	(10.319)	(15.077)	(3.591)	-	(71.623)	(1.079.659)
Mais-valia do ativo imobilizado	110	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	110
Depreciação	(125.646)	-	(125.646)	(2.621)	(617)	(490)	(160)	(909)	(944)	(13.409)	(3.043)	-	(22.193)	(147.839)
Baixa/alienação	51.162	-	51.162	768	-	459	364	391	58	199	-	-	2.239	53.401
Ajuste para crédito PIS e COFINS	-	-	-	(206)	-	-	-	(90)	-	-	-	-	(296)	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(1.082.410)	-	(1.082.410)	(16.265)	(5.236)	(16.131)	(1.713)	(6.402)	(11.205)	(28.287)	(6.634)	-	(91.873)	(1.174.283)
Taxas anuais de depreciação - %	10 - 12 - 15	-	-	10	4	20	20	10	10	20	33,3	-	-	-
Resumo imobilizado líquido														
Saldo em 31 de dezembro de 2019	472.106	6.605	478.711	12.340	18.340	1.147	542	4.754	3.845	52.867	3.958	68	97.863	576.575
Saldo em 31 de dezembro de 2020	349.546	111	349.657	10.250	15.881	1.923	657	3.880	3.293	45.285	7.119	1.938	90.226	439.883

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso, fôrmas, escoramentos, plataformas aéreas e manipuladores telescópicos.

Abaixo, destacamos as principais aquisições e reclassificações acumuladas até 31 de dezembro de 2020 por grupamento:

	Controladora	Consolidado
Escoramentos	1.877	1.877
Plataformas e manipuladores	-	1.587
Compressores	-	95
Formas de concretagem reutilizáveis	67	67
Máquinas e equipamentos	93	110
Veículos	368	368
Obras em andamentos	1.871	1.871
Instalações	294	294
Móveis e utensílios	330	413
Benfeitorias em propriedade de terceiros	927	1.009
Computadores e periféricos	1.273	1.273
Andaime suspenso	117	117
	<u>7.217</u>	<u>9.081</u>

A depreciação no exercício alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas monta em 31 de dezembro de 2020 R\$ 122.237 e R\$ 28.101 (31 de dezembro de 2019 R\$ R\$ 123.050 e R\$ 34.802), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 16).

As transações de compra e vendas de ativo imobilizado destinados à locação estão sendo apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa como atividade operacional.

a. Revisão da vida útil estimada

A Companhia contratou consultoria especializada para a determinação das vidas úteis dos elevadores pessoais, plataformas aéreas, manipuladores telescópicos, acessórios de manipuladores, torres de iluminação e compressores do seu ativo imobilizado de sua Unidade de Negócios Rental, nos termos e para os fins de atendimento à Deliberação CVM nº 583/09, que aprova o Procedimento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e Instrução ICPC 10.

Os resultados encontrados no laudo de avaliação de vidas úteis foram utilizados para ajustar o cálculo da depreciação dos ativos imobilizados da Unidade de Negócios Rental, em função da realidade operacional e tecnológica da empresa, cujo registro ocorreu em agosto de 2020.

Os procedimentos técnicos empregados na elaboração do referido laudo estão de acordo com os critérios estabelecidos pela NBR 14653-1:2001, NBR 14653-2:2001 e NBR 14653-5:2006 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As novas vidas úteis encontradas pela consultoria especializada, em função das análises técnicas realizadas foram:

Descrição	Vida útil estimada/anos
Elevador pessoal	15
Plataforma aérea tesoura elétrica	15
Plataforma aérea tesoura diesel	15
Plataforma aérea boom elétrico	10
Plataforma aérea boom diesel	10
Plataforma aérea big boom	10
Manipulador telescópico	12
Acessórios de manipulador	12
Torre de iluminação	10
Compressor	15

A Administração avaliou e entendeu que não há necessidade de efetuar a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados da Unidade de Negócios Construção, que permaneceram com a depreciação em 10% a.a.

b. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração identificou indicadores de *impairment* para as Unidades de Negócio Rental e Construção (UGCs) ao longo de 2020 com base no CPC 01. Em função disso, efetuou testes cujos resultados não identificaram ajustes de provisão para perda por redução ao valor recuperável dos ativos dessas Unidades de Negócio a serem constituídos.

O valor recuperável desse conjunto de ativos das Unidades de Negócio foram determinados com base em projeções econômicas de mercado, pela abordagem de renda, por intermédio de projeção de fluxo de caixa descontado pelo prazo de dez anos mais perpetuidade, para fins de fundamentação do valor registrado contabilmente, haja vista o longo período de maturação dos investimentos em infraestrutura e construção civil. A receita foi projetada com base em multiplicadores do Produto Interno Bruto (PIB) mais a variação do IGPM, com ganhos reais de preço. Os custos e despesas foram, em linhas gerais, segregados em fixos e variáveis, sendo os variáveis projetados considerando crescimento de volume mais variação do IPCA e os custos e despesas fixas projetados apenas pela variação do IPCA. Alguns outros itens foram projetados pelo percentual histórico da receita de locação. Também foi considerada a variação da necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção do ativo testado. Os respectivos fluxos foram descontados por taxa de desconto de 10,9% em 2021, 11,1% em 2022 e 10,6% para os demais anos, inclusive na perpetuidade para Construção e 10,3% para todos os anos para a Unidade Rental. Foi considerada taxa de crescimento de 1% em termos reais na perpetuidade para a Unidade Construção.

Após a conclusão dos referidos estudos em cada uma das Unidades de Negócio, o valor em uso dos ativos identificados através dos fluxos descontados foi superior ao valor contábil, não havendo, assim, a necessidade de constituição de provisão para *impairment* para o exercício de 2020.

14 Intangível

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>53.221</u>	<u>3.156</u>	<u>183</u>	<u>13.376</u>	<u>69.936</u>
Aquisição	922	-	2.294	-	3.216
Reclassificação	-	-	(333)	-	(333)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>54.143</u>	<u>3.156</u>	<u>2.145</u>	<u>13.376</u>	<u>72.820</u>
Aquisição	1.002	-	4.609	-	5.611
Adição por redução de capital em controlada	1.566	-	-	-	1.566
Transferências	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>58.372</u>	<u>3.156</u>	<u>5.093</u>	<u>13.376</u>	<u>79.997</u>
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>(30.833)</u>	<u>(878)</u>	<u>-</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(35.943)</u>
Amortização	(4.260)	-	-	-	(4.260)
Ajuste crédito PIS e COFINS(*)	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>(35.528)</u>	<u>(878)</u>	<u>-</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(40.639)</u>
Amortização	(4.306)	-	-	-	(4.306)
Adição por redução de capital em controlada	(1.299)	-	-	-	(1.299)
Ajuste crédito PIS e COFINS(*)	(440)	-	-	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>(41.573)</u>	<u>(878)</u>	<u>-</u>	<u>(4.232)</u>	<u>(46.683)</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.615	2.278	2.145	9.144	32.181
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.799	2.278	5.093	9.144	33.314

(*) Direito de créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de software confirmado por nossos consultores tributários.

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	53.221	3.156	184	13.376	69.937
Adição por aquisição de controlada	1.741	8	-	-	1.749
Ágio por aquisição de controlada	-	-	-	88.011	88.011
Aquisição	1.016	-	2.294	-	3.310
Reclassificação	-	-	(334)	-	(334)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	55.977	3.164	2.145	101.387	162.673
Aquisição	1.048	-	4.609	-	5.657
Alienação	(5)	-	-	-	(5)
Transferência	1.661	-	(1.661)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.681	3.164	5.093	101.387	168.325
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(30.833)	(878)	-	(4.232)	(35.943)
Adição por aquisição de controlada	(1.116)	-	-	-	(1.116)
Amortização	(4.415)	-	-	-	(4.415)
Ajuste crédito PIS e COFINS	(436)	-	-	-	(436)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(36.800)	(878)	-	(4.232)	(41.910)
Amortização	(4.484)	-	-	-	(4.484)
Alienação	5	-	-	-	5
Ajuste crédito PIS e COFINS	(439)	-	-	-	(439)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(41.718)	(878)	-	(4.232)	(46.828)
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	-	-
Resumo intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.177	2.286	2.145	97.155	120.763
Saldos em 31 de dezembro de 2020	16.962	2.286	5.093	97.155	121.497

a. Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio reconhecido na Controladora é oriundo da aquisição da Jahu, ocorrida em 2008, e da aquisição da GP Sul, ocorrida em 2011, e estes estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Construção, representando esta, uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

O valor recuperável desse ativo foi determinado com base nas mesmas premissas descritas na nota explicativa 13 e a Administração concluiu da mesma forma que não há necessidade de constituição de provisão para perda por redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

O ágio apurado na incorporação de Solaris Participações apresentado na demonstração financeira consolidada é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, no valor de R\$ 88.011, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio oriundo da expectativa de rentabilidade futura é classificado no intangível, ao passo que no balanço da Controladora, deve permanecer na rubrica de investimentos.

Esse ágio foi testado em 31 de dezembro de 2020 tendo sido seu valor recuperável superior ao valor contábil, não havendo assim necessidade de constituição de provisão de impairment.

Esse ágio foi gerado na troca de ações quando da aquisição da Solaris e a Administração avaliou junto aos assessores legais não considerar dedutível para fins de IR e CSL.

15 Contas a pagar a terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais – Terceiros	22.979	15.885	27.492	23.329
Fornecedores estrangeiros – Terceiros	665	504	2.794	3.341
	<u>23.644</u>	<u>16.389</u>	<u>30.286</u>	<u>26.670</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compras a prazo de peças de reposição e suprimentos, serviços e bens do ativo imobilizado.

16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seu uso e despesas gerais, sendo indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos de 3,10% a 3,63% a.a. acrescido de CDI. com amortizações em bases mensais até setembro de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	-	1.940	4.547	6.543
Não circulante	-	605	-	3.671
	<u>-</u>	<u>2.545</u>	<u>4.547</u>	<u>10.214</u>

As instituições financeiras com as quais a Companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 são:

Empresa	Instituições financeiras
Solaris Equipamentos	Banco do Brasil
Solaris Equipamentos	Banco ABC

Segue abaixo a composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Garantias concedidas:				
Alienação fiduciária (*)	-	26.993	14.049	41.042

(*) Refere-se a equipamentos adquiridos por intermédio de FINAME e capital de giro.

As parcelas a vencer ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
2021	-	4.547
	-	4.547

17 Debêntures

Descrição	Série	Valor emitido	Início	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado	
						31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
1ª emissão – Solaris (i) Única		80.000	Mar/14	fev/22	100% do CDI + 4%	-	-	21.630	24.976
2ª emissão - Mills (ii) 2ª série		109.060	Ago/12	ago/20	IPCA + 7,00 a.a.	-	56.428	-	56.428
Custo de emissão						-	(61)	-	(61)
						-	56.367	21.630	56.367
4ª emissão - Mills (iii) Única		100.000	Mar/20	Mar/25	CDI + 2,35%	100.318	-	100.318	-
Custo de emissão						(1.727)	-	(1.727)	-
						98.591	-	98.591	-
5ª emissão - Mills (iv) Única		84.000	Dez/20	Out/24	CDI + 4,25%	84.242	-	84.242	-
Custo de emissão						(1.349)	-	(1.349)	-
						82.893	-	82.893	-
Total controladora						181.484	56.367	-	-
Total consolidado						-	-	203.114	81.343
Circulante						40.124	56.367	57.829	77.417
Não circulante						141.360	-	145.285	3.926

(i) 1ª emissão de debêntures (controlada – Solaris Equipamentos)

Em 20 de março de 2014, a controlada Solaris Equipamentos aprovou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no montante de R\$80.000, valor nominal unitário de R\$10 no total de 8.000 unidades emitidas. As debêntures têm vencimento final em 20 de março de 2019 e remuneração de fator DI mais 2,4% a.a. de “spread”, com pagamentos mensais de juros e amortização em 49 parcelas mensais e contínuas, sendo o primeiro vencimento em 20 de março de 2015.

Em 17 de abril de 2020, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado a celebração de aditamento ao “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Solaris Equipamentos e Serviços S.A.”, de 19 de março de 2014, conforme aditado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, e o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, a fim, principalmente, de incluir carência de 12 meses para pagamento do principal a partir de abril de 2020, com vencimento em 20 de fevereiro 2022, estabelecendo também nova sobretaxa de remuneração de 5%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Controlada apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ 32.466

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures da controlada preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, conforme abaixo:

(1) Manutenção do índice financeiro no limite abaixo estabelecido nas datas de sua respectiva apuração anual.

(2) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 (inclusive), até a data de vencimento.

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Controlada atingiu todos os *covenants* as quais estava sujeita.

(ii) 2ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

Em 3 de agosto de 2012, foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$ 270.000 e valor nominal unitário de R\$ 10. Os custos de transação associados a essa emissão no valor de R\$ 1.810 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais dessa emissão.

- **2ª série** - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$ 109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão, e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano. A partir da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 22 de março de 2017, os juros pagos anualmente corresponderão a 7,00% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 3.
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida (ii) deverá ser igual ou superior a 2.

Desta forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram atingidos todos os *covenants*.

Em 17 de agosto de 2020, a Companhia efetuou o pagamento da última parcela no valor de R\$ 59.466.

(iii) 4ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 3 de março de 2020, a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com prazo de vencimento de 60 meses, contados da data de sua emissão.

A Emissão será composta por 100.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando, portanto, R\$ 100.000, com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais serão ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+2,35% ao ano.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Restrita e da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos e ao reforço de caixa da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária do negócio.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (i) pelo EBITDA (iv) deverá ser igual ou inferior a 2.
- (2) Para fins de apuração dos *covenants* da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16.
- (3) "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;

- (4) “Despesa Financeira Líquida” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;
- (5) “FCO” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, caixa líquido gerado nas atividades operacionais excluindo juros e variações monetárias ativas e passivas líquidas, aquisições de bens do ativo imobilizado de locação e juros pagos; e
- (6) “EBITDA” significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, todos os covenants originais estão sendo cumpridos.

(iv) **5ª emissão de debêntures (Controladora – Mills)**

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 15 de setembro de 2020 a emissão de debêntures as quais foram objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor (“Instrução CVM 476” e “Oferta”, respectivamente), por meio do “Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.” (“Escritura de Emissão”) assim como: (a) alienação fiduciária de máquinas, equipamentos e bens móveis (“Máquinas e Equipamentos” e “Alienação Fiduciária”), nos termos do “Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia e outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Alienação Fiduciária”); e (b) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios oriundos da conta vinculada, de titularidade da Companhia, mantida junto ao Banco Depositário (conforme abaixo definido), bem como de todo e qualquer montante relacionado aos investimentos permitidos, que foram definidos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) (“Cessão Fiduciária” e, quando em conjunto com a Alienação Fiduciária, “Garantias Reais”), nos termos do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Vinculada em Garantia e Outras Avenças”, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (“Contrato de Cessão Fiduciária” e, quando em conjunto com o Contrato de Alienação 2 Fiduciária, “Contratos de Garantia”, os quais, em conjunto com a presente RCA, a Escritura de Emissão e o Contrato de Depósito, foram denominados “Documentos da Operação”

Em 04 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração se reuniu para retificar e ratificar a aprovação da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$84.000.000,00 (oitenta e quatro milhões de reais.

A Emissão foi composta por 84.000.000 Debêntures com valor nominal unitário de R\$ 1,00, totalizando, portanto, R\$ 84.000.000,00 com as respectivas garantias fiduciárias previstas nos documentos da Emissão, as quais foram ofertadas com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme em vigor ("Oferta Restrita"). A amortização do principal será realizada trimestralmente, com juros correspondentes a taxa do CDI+4,25% ao ano.

Os recursos líquidos captados por meio da Oferta Restrita serão destinados ao pagamento de dívidas, adequação e/ou renovação da frota de equipamentos, ao reforço de caixa e/ou ao capital de giro da Companhia, no âmbito de sua gestão ordinária de negócio.

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida financeira Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3x (três vezes) e Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 0,75x.
- (2) Para fins de apuração dos covenants da Quarta Emissão os cálculos serão feitos desconsiderando os efeitos do IFRS 16.
 - (i) "Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, (a) o somatório das dívidas onerosas da Companhia, em base consolidada, perante pessoas jurídicas, incluindo empréstimos e financiamento com terceiros e/ou partes relacionadas e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capital local e/ou internacional, além de avais prestados pela Companhia, mas excluindo as dívidas decorrentes de parcelamentos tributários; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) da Companhia em base consolidada;
 - (ii) "Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o saldo da diferença entre a receita financeira bruta consolidada e a despesa financeira bruta consolidada;
 - (iii) "EBITDA" significa, com base nas quatro demonstrações financeiras consolidadas da Companhia imediatamente anteriores, o lucro ou o prejuízo líquido antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

Considerando as despesas não recorrentes para fins de determinação do EBITDA ajustado, no fechamento do período findo em 31 de dezembro de 2020, todos os covenants originais estão sendo cumpridos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta as garantias contratadas em aberto no montante de R\$ 202.273

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos das debêntures brutas dos custos de transação são de R\$58.596 no passivo circulante e de R\$ 147.595 no passivo não circulante. Os valores líquidos de custos de transação são, respectivamente, R\$ 57.829 e R\$ 145.285 (em 31 de dezembro de 2019, o saldo bruto de debêntures é de R\$ 72.060 no passivo circulante e de R\$ 9.814 no passivo não circulante, e R\$ 71.976 e R\$ 9.814 líquidos dos custos de transação).

18 Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2), a Companhia utilizou a abordagem retrospectiva modificada, já que essa abordagem não exige informação comparativa e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento. A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por determinado período, em troca de uma contraprestação.

Adicionalmente, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento previstas na norma para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. O impacto produzido na demonstração de resultados a partir da adoção do CPC 06 (R2) é a substituição do custo linear com aluguéis (arrendamento operacional) pelo custo linear de depreciação do direito de uso dos ativos objetos desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento calculadas utilizando as taxas efetivas de captação à época da contratação dessas transações.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas Controladas obtiveram descontos pontuais nos alugueis de suas filiais e adotou o expediente prático, conforme alterações incluídas no CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado pela deliberação CVM 859, no qual o arrendatário pode optar por não avaliar os descontos de aluguéis obtidos relacionados à Covid-19 como uma modificação do contrato de arrendamento.

Com isso, esses valores foram tratados como parte variável dos contratos de arrendamento, com efeito direto no resultado sem necessidade de remensuração do ativo e passivo. O montante total desses descontos foi de R\$ 918 na Controladora e R\$ 938 no Consolidado.

A movimentação do direito de uso e passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi a seguinte:

a. Movimentação do direito de uso – Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Direito de uso				
Veículos				
Saldo em 1º de janeiro	1.831	-	3.959	-
Adoção inicial	-	3.649	-	6.211
Remensuração (*)	-	43	-	(1.158)
Adições/atualizações de contratos	8.975	500	8.975	2.613
Baixas	(1.515)	(118)	(1.553)	(123)
Depreciação acumulada	(2.173)	(2.242)	(4.263)	(3.583)
Imobilizado líquido	7.118	1.831	7.118	3.959

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis				
Saldo em 1º de janeiro	49.250	54.137	52.867	60.458
Remensuração (*)	-	5.539	(484)	7.358
Adições/ atualizações de contratos	6.881	2.214	7.321	2.521
Baixas	(773)	(1.783)	(1.107)	(2.391)
Depreciação acumulada	(10.903)	(10.858)	(13.313)	(15.079)
Imobilizado líquido	44.455	49.250	45.284	52.867

b. Movimentação do arrendamento – Passivo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento				
Veículos				
Saldo em 1º de janeiro	1.890	3.649	3.746	6.211
Remensuração (*)	-	43	69	(1.158)
Atualização de contratos	8.975	500	8.975	1.914
Baixas	(1.516)	(118)	(1.554)	(118)
Pagamentos	(2.340)	(2.396)	(3.737)	(3.946)
Encargos financeiros	134	212	(356)	842
Arrendamentos a pagar - Veículos	7.143	1.890	7.143	3.745
Imóveis				
Saldo em 1º de janeiro	51.286	54.137	54.908	60.458
Remensuração (*)	-	5.539	(484)	7.358
Atualização de contratos	6.881	2.214	7.321	2.521
Baixas	(773)	(1.770)	(1.105)	(2.391)
Pagamentos	(13.452)	(13.958)	(16.144)	(18.512)
Encargos financeiros	4.530	5.123	4.690	5.474
Arrendamentos a pagar – Imóveis	48.472	51.286	49.187	54.908
Total arrendamentos a pagar	55.615	53.176	56.330	58.653
Circulante	14.359	12.053	15.074	15.171
Não circulante	41.256	41.123	41.256	43.484

(*) Remensuração calculada no 4º trimestre de 2019 baseada na orientação CVM através de Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/nº02/2019, onde a Controladora e Controlada ajustaram o valor do seu reconhecimento inicial, que estava líquido de PIS e COFINS para apresentar bruto dos referidos impostos.

c. Fluxos contratuais por prazos e taxas de desconto

O cálculo das taxas de desconto foi realizado, com base na taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazos de contrato	Taxa a.a.	
	Imóveis	Veículos
2020	7,90%	7,90%
2021	8,02%	8,02%
2022	8,62%	8,62%
2023	9,04%	-
2024	9,42%	-
2025	9,63%	-
2026	9,81%	-
2029	10,07%	-

A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise do vencimento dos passivos de arrendamento comparando as projeções com base nos fluxos nominais e reais em 31 de dezembro de 2020:

Prazos de pagamento	Inflação projetada(*)	Controladora		Consolidado	
		Imóveis	Veículos	Imóveis	Veículos
2020	3,04%	-	-	-	-
2021	3,44%	14.735	2.849	15.450	2.849
2022	4,08%	12.923	2.756	12.923	2.756
2023	4,23%	9.539	2.472	9.539	2.472
2024	4,43%	8.366	-	8.366	-
2025 a 2027	4,56%	14.037	-	14.037	-
2028 a 2029	4,69%	3.081	-	3.081	-
Fluxo nominal total dos pagamentos futuros		62.681	8.077	63.396	8.077
Encargos financeiros embutidos		14.210	934	14.210	934
Fluxo real total dos pagamentos futuros		48.471	7.143	49.186	7.143
Circulante		11.834	2.525	12.549	2.525
Não Circulante		36.637	4.618	36.637	4.618

(*) Taxa obtida conforme projeção de IPCA para as NTN-Bs.

A Companhia possui o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de imóveis e veículos, sendo os potenciais efeitos de PIS/COFINS apresentados no quadro a seguir:

	Controladora			Consolidado	
	Alíquota	Nominal	Valor presente	Nominal	Valor presente
Contraprestação	-	70.095	54.951	70.810	55.666
PIS/COFINS potencial	9,25%	6.484	5.083	6.550	5.149

19 Partes relacionadas

a. Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b. Remuneração da Administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Salários e encargos - Diretoria	9.712	6.135	10.530	7.525
Honorários do Conselho de Administração	4.146	3.604	4.146	3.604
Participação nos resultados	1.881	1.712	2.977	1.712
Pagamentos com base em ações	6.068	273	6.068	273
	21.807	11.724	23.721	13.114

c. Transações com empresas controladas

Os montantes referentes às transações *intercompany* estão relacionados a sublocação de equipamentos entre as companhias, conforme demonstrados a seguir:

		31/12/2020			
Empresa	Natureza	Contas a receber	Contas a pagar	Receita de sublocação	Custo com sublocação
Solaris Equipamentos	Sublocação de equipamentos	6.410	390	19.030	17.301
31/12/2019					
Empresa	Natureza	Contas a receber	Contas a pagar	Receita de sublocação	Custo com sublocação
Solaris Equipamentos	Sublocação de equipamentos	1.451	2.893	1.725	3.446

20 Benefícios a empregados

a. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a ex-empregados, referentes a plano de saúde, são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, por meio de projeções futuras relacionadas a diversos parâmetros dos benefícios avaliados, como inflação e juros, entre outros aspectos. As hipóteses atuarias adotadas para o cálculo atuarial foram formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes na conta “Ajustes de avaliação patrimonial” e apresentados no patrimônio líquido.

Os valores relacionados a esse benefício foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente na data-base de 31 de dezembro de 2020 e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 (CPC 33 R1)

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/12/2020	31/12/2019
Benefício pós-emprego	<u>11.868</u>	<u>12.646</u>

(*) Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são integralmente representados pela controladora.

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas e financeiras

	2020
Taxa de desconto	7,43% a.a. (3,80% real a.a)
Inflação Médica (HCCTR)	6,61% a.a. (3,00% real a.a)
Aging Factor	3,00% a.a
Inflação de longo prazo	3,50% a.a

Hipóteses biométricas e demográficas

	2020
Taxa de desligamento (*)	85% / (TS+1)
Tábua de mortalidade geral	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas
Idade de aposentadoria	100% aos 60 anos
Probabilidade de Adesão	10%
Composição familiar antes da aposentadoria/Probabilidade de casados	90% dos participantes
Composição familiar antes da aposentadoria/Diferença de idade para os participantes ativos	Homem 4 anos mais velho que a mulher
Composição familiar após a aposentadoria	Composição real do grupo familiar

(*) TS = tempo de serviço.

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: custos médicos e taxa de desconto. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2020 demonstradas a seguir, foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do exercício das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança de premissa	Diminuição d passivo	Mudança de premissa	Aumento do passivo
Mudança no PBO - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	2.389		1.889
Mudança na despesa - HCCTR	aumento de 1,0 p.p	212	diminuição de 1,0 p.p	165
Mudança no PBO - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	987	diminuição de 0,5 p.p	1.120
Mudança na despesa - Taxa de desconto	aumento de 0,5 p.p	33	diminuição de 0,5 p.p	34

b. Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Os riscos inerentes identificados ao benefício pós-emprego são: (i) risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente; e (ii) risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

c. Evento Especial

Em setembro de 2019, a Companhia decidiu por extinguir a cobrança de contribuição fixa de seus empregados titulares, tal ação congela o período contributivo dos seus empregados naquela data, gerando um ganho para Companhia.

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Opções em milhares			
			Opções outorgadas	Opções exercidas	Opções canceladas	Opções em aberto
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.369)	(106)	-
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(597)	(587)	-
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(402)	(856)	-
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(91)	(677)	-
Programa 2014	30/04/2014	30/04/2020	260	-	(260)	-
Programa 2016	28/04/2016	28/04/2024	1.700	(311)	(831)	558

Para precificação do custo das parcelas do plano Especial Top Mills, referente ao seu componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os *stock prices* com bases em *valuations* de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida, e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2014	Básica	22,46	28,12	7,98	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2014	Discricionária	11,16	28,12	30,94	33,45%	0,75%	12,47%	6 anos
2016	Discricionária	2,63	4,31	2,63	71,45%	1,51%	14,25%	8 anos

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	31/12/2020	31/12/2019
Plano 2002:		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de opções exercidas (milhares)	<u>3.920</u>	<u>3.920</u>
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e ex-CEO:		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções exercidas (milhares)	<u>1.055</u>	<u>1.055</u>
Plano executivos Mills Rental:		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de opções exercidas (milhares)	<u>391</u>	<u>391</u>
Plano 2010:		
Reserva de capital	5.693	5.693
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	1.369	1.369
Número de opções canceladas (milhares)	<u>106</u>	<u>106</u>
Programa 2011 (Plano 2010):		
Reserva de capital	7.329	7.329
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	597	597
Número de opções canceladas (milhares)	<u>587</u>	<u>587</u>
Programa 2012 (Plano 2010):		
Reserva de capital	14.162	14.162
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de opções exercidas (milhares)	402	402
Número de opções canceladas (milhares)	<u>856</u>	<u>856</u>
Programa 2013 (Plano 2010):		
Reserva de capital	11.900	11.900
Número de opções a exercer (milhares)	-	513
Número de opções exercidas (milhares)	91	91
Número de opções canceladas (milhares)	<u>677</u>	<u>164</u>
Programa 2014 (Plano 2010):		
Reserva de capital	4.701	4.701
Número de opções a exercer (milhares)	-	158
Número de opções exercidas (milhares)	-	-
Número de opções canceladas (milhares)	<u>260</u>	<u>102</u>

	31/12/2020	31/12/2019
Programa 2016:		
Reserva de capital	2.520	2.111
Número de opções a exercer (milhares)	558	649
Número de opções exercidas (milhares)	311	220
Número de opções canceladas (milhares)	831	831
Total registrado como patrimônio (acumulado)	52.906	52.497
Efeito no resultado	409	412

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de reservas de capital atribuíveis aos planos de stock options já encerrados até 2014 foram transferidos para resultados acumulados no montante de R\$ 4.691.

d. Programa de incentivo com ações restritas

A Companhia possui planos de incentivo com ações restritas aprovado pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia em médio e longo prazos. Esses planos são administrados pela Companhia, e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

Planos	Data da outorga	Data final de exercício	Ações em milhares			
			Ações outorgadas	Ações exercidas	Ações canceladas	Ações em aberto
Programa 2018	19/11/2018	18/11/2021	868	590	278	-
Programa 2019	14/08/2019	31/12/2021	858	-	-	858
Programa 2020	14/10/2020	31/12/2022	566	-	-	566

Para precificação do custo das parcelas do plano de ações restritas referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, o *dividend yield* e os *stock prices*, tendo sido utilizado o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Em 14 de outubro de 2020, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração a aprovação da outorga de ações restritas aos beneficiários sobre a aprovação do Programa de Incentivo com Ações Restritas da Companhia 2020 (“Programa de Ações Restritas 2020”), no âmbito do Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia (“Plano de Ações Restritas”) aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 18 de julho de 2018.

Os planos concedidos foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2018	3,17	3,18	0,00	54,56%	0,00%	5,04%	36 meses
Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão
2019	7,43	7,44	0,00	55,71%	0,00%	2,36%	29 meses

Programa	Valor justo médio ponderado por ação R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício na data de concessão R\$	Volatilidade na data de concessão	Rendimento de dividendos na data de concessão	Taxa de juros anual sem risco na data de concessão	Prazo máximo de exercício na data de concessão	31/12/2020	31/12/2019
2020	6,11	6,12	0,00	75,89%	0,00%	0,58%	27 meses		
Plano 2018:									
Reserva de capital							-		2.759
Número de opções a exercer (milhares)							-		868
Número de opções exercidas (milhares)							590		-
Número de opções canceladas (milhares)							278		-
Plano 2019:									
Reserva de capital							3.744		1.101
Número de opções a exercer (milhares)							858		858
Número de opções canceladas (milhares)							-		-
Plano 2020:									
Reserva de capital							386		-
Número de opções a exercer (milhares)							566		-
Número de opções canceladas (milhares)							-		-
Total registrado como patrimônio (acumulado)							4.130		3.860
Efeito no resultado							3.028		3.783

Por meio de deliberação do Conselho de Administração, em 14/08/2019, a Companhia antecipou a liquidação do programa de ações restritas da Companhia, referente ao exercício de 2018, para janeiro de 2020.

O total de ações previstas referentes ao ILP de 2018 foi de 867.798 ações. Foram canceladas 54.371 ações, por perda dos direitos por parte de alguns beneficiários, restando uma quantidade de 813.427 ações. Considerando o valor da ação na data da entrega aos beneficiários foi de R\$ 9,92 por ação, o montante base de cálculo para encargos previdenciários aplicáveis a esse tipo de benefício foi de R\$ 8.069. Desse total foi deduzida a quantidade de 223.692 equivalentes ao imposto de renda na fonte, tendo os beneficiários, recebido a quantidade líquida de 589.735 ações. Considerando o valor médio das ações em tesouraria, de R\$ 8,87 por ação, o resultado baixado da conta de ações em tesouraria foi de R\$ 5.231, por tratar-se de pagamento via instrumento patrimonial, sem efeito caixa para a Companhia. O montante de R\$ 4.691 foi reconhecido em prejuízos acumulados e também foi absorvido o montante de R\$ 2.759 da reserva de capital anteriormente constituída.

e. Programa de participação nos resultados

A provisão para participação resultados é constituída de acordo com o regime de competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, é feita nos termos do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados negociado anualmente com o sindicato da categoria, de acordo com a Lei nº 10.101/00, alterada pela Lei nº 12.832/13.

O Programa de Participação Resultados da Companhia é baseado no atingimento do EBITDA ajustado. Todos os colaboradores da Mills e controlada com pelo menos 90 dias trabalhados são elegíveis.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo registrado é no montante de R\$ 5.865 na controladora e R\$ 7.226 no consolidado (R\$ 5.986 e R\$ 8.840, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019).

21 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição Social	(1.563)	(64.355)	2.594	(57.044)
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	531	21.881	(882)	19.395
Provisões não dedutíveis (*) e diferenças permanentes	(3.826)	(1.177)	(6.459)	(655)
Ajustes de glosa <i>leasing</i> (**)	-	(4.536)	-	(4.536)
Resultado de equivalência patrimonial	111	3.207	-	(2.092)
Outros	-	-	-	(48)
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(3.184)	19.375	(7.341)	12.064
Alíquota efetiva	-204%	30%	283%	21%

(*) As despesas não dedutíveis estão compostas por despesas de provisão de cancelamento, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

(**) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos.

b. A movimentação de IR e CS diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

Descrição	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Ágio GP Andaimos Sul Locadora	(672)	-	-	(672)	(672)	(672)
Ágio Jahu	(2.437)	-	-	(2.437)	(2.437)	(2.437)
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa	(30)	-	-	(30)	(30)	(30)
Arrendamento financeiro	2.543	-	(1.113)	1.430	(11.422)	(4.438)
Atualização de depósito judicial	(1.900)	3	-	(1.897)	(1.900)	(1.897)
Debêntures	(21)	(1.166)	142	(1.045)	(21)	(1.045)
Depreciação acelerada	(2.259)	-	754	(1.505)	(2.595)	(1.873)
Hedge sobre imobilizado	(288)	-	130	(158)	(288)	(158)
Variação cambial ativa – competência	(516)	(254)	-	(770)	(516)	(770)
Ágio SGC III	-	-	-	-	4.194	2.424
Ajuste a valor justo (Rohr)	3.612	-	-	3.612	3.612	3.612
Ajuste IFRS 9 - caixa e equivalentes de caixa (adoção inicial)	36	-	-	36	36	36
Ajuste PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	588	-	-	588	1.219	1.219
Arrendamento IFRS 16	706	430	-	1.136	660	1.162
Benefício pós emprego	771	357	(621)	507	771	507
Benefício pós emprego (ajuste inicial)	3.529	-	-	3.529	3.529	3.529
Gratificações a pagar	875	575	-	1.450	875	1.450
Outras provisões	-	-	-	-	1.413	940
Perda por desvalorização de ativo	953	49	-	1.002	953	1.003
Perdas estimadas por valor não recuperado (Rohr)	8.906	3.821	-	12.727	8.906	12.727
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL	188.726	-	(1.097)	187.629	267.450	263.019
Provisão de participação nos lucros e resultados	2.035	-	(41)	1.994	2.310	2.287
Provisão estoque giro lento	1.318	337	-	1.655	3.614	2.715
Provisão para descontos e cancelamentos	692	1.438	(1.746)	384	692	384
Provisão para perdas de crédito esperadas	7.736	54	-	7.790	8.974	9.959
Provisão para realização crédito ICMS	29	-	(4)	25	29	25
Provisões de custos e despesas	162	12	-	174	161	173
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	6.654	2.359	(2.284)	6.729	8.041	8.523
Stock Options	11.292	158	-	11.450	11.292	11.450
Variação cambial passiva	579	216	-	795	579	795
	233.619	8.389	(5.880)	236.128	309.429	314.618

c. Impostos diferidos que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O saldo do imposto diferido reconhecido no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.442, conforme quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
PCE adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	588
Caixa e equivalentes de caixa adoção inicial CPC 48/IFRS 9	-	36
Ajuste de valor justo no investimento na Rohr	3.821	1.583
Provisão para benefícios pós-emprego	621	3.529
Total	4.442	5.736

d. Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão apresentados a seguir

Natureza	Fundamentos para realização
<i>Stock option</i>	Pelo exercício das opções
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
<i>Hedge</i> sobre imobilizado	Pela depreciação do bem
Provisão para estoques de giro lento	Pela baixa ou venda do ativo
Perdas estimadas por valor não recuperável	Pela realização da provisão
Ajuste de valor justo – Rohr	Pela venda da participação no investimento
Provisão de custos e despesas	Pelo pagamento
Provisão para perda - processo Murilo Pessoa	Pelo recebimento do crédito
Provisão para perdas de crédito esperadas	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento	Pela realização no prazo da depreciação linear dos bens
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda ou encerramento do processo
Provisão para realização de crédito tributário	Pela realização do crédito fiscal
Provisão para descontos e cancelamentos	Pela reversão/realização da provisão
Tributos com exigibilidade suspensa	Pelo pagamento ou pela reversão da provisão
Depreciação acelerada	Pela depreciação fiscal em cinco anos
Ágio GP Andaimes Sul Locadora	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Ágio Jahu	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização depósito judicial	Pelo levantamento do depósito
Variação cambial ativa e passiva	Pela liquidação financeira
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	Pela expectativa de resultados tributáveis futuros (i)
Gratificações a pagar	Pelo pagamento
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Perda para redução ao valor realizado	Pela reversão/realização da provisão
Provisão de Hedge (venda)	Pela contratação/liquidação do instrumento derivativo
Provisão para benefícios pós-emprego	Pela reversão/realização da provisão

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade do ativo fiscal diferido reconhecido em 31 de dezembro de 2020 e concluiu que existem evidências suficientes de que haverá disponibilidade de lucros tributáveis futuros para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporária, em prazo inferior à dez anos. A determinação do valor dos lucros tributáveis futuros baseia-se em projeção de receitas, custos e resultado financeiro, que refletem os ambientes econômico e operacional da Companhia. Para a data base de 31 de dezembro de 2020 não tiveram mudanças relevantes quanto às expectativas de lucratividade futura para compensação dos prejuízos fiscais e base negativa registrados e demais adições temporárias, em prazo inferior a dez anos.

As ações com vistas à geração de lucro tributável são as que estão em curso por meio da execução da estratégia comercial com foco na recuperação de preço, maior cobertura de mercado com a diversificação da base de clientes e aumento da rentabilidade, na unidade de negócios Rental. E no foco para adequar os produtos e os esforços para os mercados onde a Companhia sempre teve um diferencial maior: as obras de maior porte e complexidade, na unidade de negócios Construção.

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos existentes em 31 de dezembro de 2020:

IR e CSLL diferidos ativos	Controladora	Consolidado
2021	1.911	5.400
2022	29.479	31.511
2023	38.536	42.933
2024 e 2025	101.585	119.558
2026 a 2027	64.617	95.686
2028 a 2029	-	19.530
	<u>236.128</u>	<u>314.618</u>
Total	<u>236.128</u>	<u>314.618</u>

22 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e está discutindo tais questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributários (1)	127	5.030	457	5.030
Cíveis (2)	1.231	1.547	2.021	2.311
Trabalhistas (3)	11.412	10.489	15.569	13.804
Honorários de êxito (4)	<u>2.367</u>	<u>2.503</u>	<u>2.367</u>	<u>2.503</u>
	<u>15.137</u>	<u>19.569</u>	<u>20.414</u>	<u>23.648</u>

- (1) Refere-se ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de PIS e COFINS (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003). A Companhia efetuou, em 2020, o levantamento do valor depositado, devido decisão final desfavorável a Companhia, revertendo em pagamento definitivo a União.

- (2) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade civil e indenizações. Algumas destas causas foram liquidadas por acordos em valor abaixo do contingenciado.
- (3) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (4) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável, à Companhia, dos processos.

Movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 1º de janeiro	19.569	25.142	23.648	25.142
Ajuste aquisição Solaris Equipamentos até Abril/2019	-	-	-	4.795
Constituições	3.861	4.107	5.921	5.599
Atualizações monetárias	1.816	1.988	1.816	1.988
Reversões/baixas	(10.109)	(11.668)	(10.971)	(13.876)
	15.137	19.569	20.414	23.648

a. Composição dos depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias (i)	4.089	8.734	4.129	8.771
Trabalhistas (ii)	3.349	3.448	3.477	3.591
Cíveis (iii)	-	-	66	101
	7.438	12.182	7.672	12.463

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$ 4.089. A conciliação desse montante refere-se ao informado abaixo nas contingências tributárias item “i”, (subitem “a”) que totalizam R\$ 3.442 e ao levantamento do depósito do Mandado de Segurança (MS) nº 2004.51.01.004267-5 referente as alíquotas do PIS e da COFINS, totalizando uma reversão de R\$ 4.661 no saldo apresentado em 2019, que devido a uma decisão desfavorável a Companhia, os depósitos foram transformados em pagamento definitivo em favor da União Federal.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, horas extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iii) Depósitos judiciais relativos a ações indenização por danos materiais e morais das quais a companhia é ré .

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias (i)	61.715	63.929	80.198	76.818
Cíveis (ii)	4.928	13.152	5.367	13.596
Trabalhista (iii)	9.502	11.332	10.368	12.480
	76.145	88.443	95.933	102.894

(i) Tributárias, principais itens:

- (a) Auto de Infração de ICMS, recebido pela controlada Sullair, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços lavrado no montante aproximado de R\$59.000 de principal que perfaz um total de cerca de R\$ 200.000 acrescido de multa e juros. Resumidamente, esta autuação questiona o recolhimento do imposto ICMS principalmente sobre a movimentação de ativos de locação durante os exercícios de 2012 e 2013. Após defesa administrativa, o valor possível de perda foi reduzido para R\$ 4.391 pois houve o reconhecimento de que a maioria dos ativos constantes do Auto de Infração eram de locação e não para estoques e que não há incidência de ICMS na operação. Os demais processos se referem, basicamente, a execução de créditos tributários referentes a dívida ativa, compensações de INSS sobre verbas de natureza indenizatórias e a embargos opostos à execução fiscal, ajuizada pela União, para a cobrança de diferenças de COFINS e de créditos tributários decorrentes do aumento da alíquota de 1% para 3% da COFINS.
- (b) Glosa de despesas supostamente não dedutíveis, incluídas no PIS e COFINS, por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil, na antiga Mills Formas, computadas em razão dos contratos firmados com diversos clientes, segundo os quais a Mills Formas era a responsável pela execução dos serviços que doravante eram executados pelos funcionários da antiga Mills do Brasil;
- (c) Exigência da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro relativa ao ICMS e multa supostamente devidos em decorrência da realização de operações de transferência de mercadorias, sem o recolhimento do imposto devido;
- (d) Não reconhecimento por parte do INSS da possibilidade de compensação dos pagamentos realizados indevidamente a título de contribuição previdenciária, com base na sistemática estabelecida pela Lei nº 9.711/98;
- (e) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de multa supostamente devida sobre os créditos parcelados por denúncia espontânea;
- (f) Exigência por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil de supostos débitos de imposto sobre o lucro líquido - ILL, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- (g) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ do ano calendário de 2012. A Receita Federal do Brasil considerou não declaradas as referidas declarações de compensação, com base no artigo 74, § 3º, inciso VI da Lei nº 9.430/96. A Companhia impetrou mandado de segurança visando a garantir o seu direito líquido e certo de ter as declarações de compensação analisadas, visto que estas não se enquadram em quaisquer das hipóteses legais alegadas pela Receita Federal do Brasil.

(ii) Cíveis

A Companhia possui ações indenizatórias movidas contra ela referentes a processos de indenizações por dano moral e material.

- (a) A variação foi principalmente oriunda da mudança de prognóstico de perda remota para possível, referente a alguns processos de indenização por dano moral e material.

(iii) Trabalhistas

A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto a cobrança de parcelas rescisórias, indenização por danos morais, integração de prêmios à remuneração, reintegração e reajustes

salariais, com os respectivos reflexos.

23 Tributos a pagar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
IRPJ/CSLL	1.920	-	2.917	278
IRRF*	6.037	943	6.045	955
PIS e COFINS*	7.307	5.564	7.307	7.168
PIS e COFINS diferido	-	-	-	588
INSS	50	-	52	31
ICMS	723	198	724	328
ISS	101	178	115	234
Outros	415	407	444	455
	<u>16.553</u>	<u>7.290</u>	<u>17.604</u>	<u>10.037</u>
Circulante	6.205	7.290	7.256	9.397
Não circulante	10.348	-	10.348	640

(*) Não homologação dos créditos oriundos das declarações de compensação de saldo negativo complementar provenientes da retificação da DIPJ dos anos-calendário de 2012 e 2013 e ECF de 2014, por inconsistências no cálculo. À época das compensações, o crédito foi reconhecido a crédito de despesa de IR/CS correntes. A glosa foi, então, reconhecida a débito no resultado na mesma rubrica contábil e a contrapartida foi o passivo dos tributos cuja compensação foi considerada indevida, notadamente PIS e COFINS e tributos retidos

24 Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial, instituído pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando a equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio desse sistema especial de parcelamento de obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- (a) O prazo do parcelamento foi de 180 meses.
- (b) Redução de 60% dos valores relativos a multas de ofício e de mora e 25% de redução de juros de mora.
- (c) Foram parcelados débitos de:
 - (i) PIS e COFINS (compreendidos entre os períodos de abril de 2002 a maio de 2004)
 - (ii) IRPJ (de dezembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iii) CSLL (de novembro de 2003, janeiro de 2004 e abril de 2004)
 - (iv) INSS - Contribuição adicional ao SAT. INSS - Contribuição adicional ao SAT.

Os valores relativos a PIS/COFINS, IRPJ e CSLL haviam sido compensados com créditos de PIS e COFINS sobre locação (de setembro de 1993 a janeiro de 1999), referente a locação e montagem de bens próprios locados. A origem desses créditos baseava-se em uma decisão do Supremo Tribunal Federal que não considera locação de bens móveis como prestação de serviço.

Diante da nova orientação jurisprudencial, firmada no Superior Tribunal de Justiça (1º Seção do STJ - julgamento em setembro de 2009 do Recurso Especial nº 929.521), que pacificou o entendimento acerca da incidência da COFINS sobre as receitas auferidas com as operações de locação de bens móveis, a Companhia decidiu parcelar o montante referente aos débitos acima referidos.

A consolidação dos débitos ocorreu em 29 de junho de 2011 conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011.

Como consequência da adesão a esse parcelamento especial, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, e vem realizando os pagamentos das parcelas do REFIS, sobre a dívida consolidada em junho de 2011.

- (d) Quando da etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, em 30 de junho de 2010, a Companhia decidiu incluir um débito de INSS tendo em vista a mudança de perspectiva de êxito da demanda de provável para remoto, segundo parecer dos consultores jurídicos externos.

Ainda na etapa preliminar de consolidação dos débitos do parcelamento, foram excluídos débitos relativos a PIS e COFINS considerados como prescritos pelo consultor jurídico externo.

- (e) Ainda na etapa da consolidação de débitos em junho de 2011, a Companhia identificou que cinco débitos, sendo dois referentes à COFINS e três à CSLL, não haviam sido disponibilizados no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil para fins de consolidação.

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Baixas	Adições	Atualizações SELIC	Saldo em 31 de dezembro de 2020
PIS	1.100	(339)	-	120	881
COFINS	3.424	(1057)	-	376	2.743
IRPJ	1.406	(434)	-	154	1.126
CSLL	132	(40)	-	14	106
INSS	494	(202)	-	51	343
	<u>6.556</u>	<u>(2.072)</u>	<u>-</u>	<u>715</u>	<u>5.199</u>
Circulante	1.434	-	-	-	1.456
Não Circulante	5.122	-	-	-	3.743

25 Patrimônio líquido

a. Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 é representado pelo valor de R\$ 1.089.642 (R\$ 1.089.379 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 251.954 mil (251.866 mil em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
-------------------	-------------------

Acionistas	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
Andres Cristian Nacht(1)	13.657	5,42%	13.817	5,49%
Snow Petrel LLC	23.677	9,40%	23.677	9,40%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia(4)	22.957	9,11%	23.044	9,15%
Família Nacht (total)	60.290	23,93%	60.538	24,04%
SCG III Fundo de Investimento em Participações (6)	51.556	20,46%	51.556	20,47%
Sullair Argentina S.A. (5)	22.096	8,77%	22.096	8,77%
Fundo de Investimento em participações Axxon				
Brazil Private Equity Fund II (2)	12.294	4,88%	12.294	4,88%
Fama Investimentos Ltda. (3)	9.123	3,62%	9.123	3,62%
Outros	96.594	38,34%	96.259	38,22%
	251.954	100,00 %	251.866	100,00 %

- (1) Em 19 de dezembro de 2017, passou a deter participação relevante de 11,79% para 7,87%, dividindo esse valor entre Antonia Nacht, Pedro Nacht e Tomas Nacht, resultando em 2.295.736 ações para cada um. Em 13 de abril de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
- (2) Em 20 de julho de 2016, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
- (3) Em 25 de março de 2019, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.
- (4) Signatários do Acordo de Acionistas da Família Nacht, excluindo Andres Cristian Nacht e Snow Petrel S.L. Considera a posição referente à 28/12/2016, já reportada à CVM, de acordo com a Instrução CVM nº 358/02.
- (5) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a Sullair Argentina passou a deter 22.096.641 ações da Companhia.
- (6) Em 10 de maio de 2019 foi celebrado o Acordo de Acionistas após a Combinação de Negócios com a Solaris Equipamentos e a SCG III Fundo de Investimentos em Participações passou a deter 51.556.496 ações da Companhia.

b. Reservas de lucros

b.1 Reserva legal

Quando apurado lucro ao final do exercício, a reserva legal é constituída com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b.2 Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado em Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de capital

A reserva de capital é constituída por reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$ 57.036 em 31 de dezembro de 2020, referente aos planos de *stock options* para os empregados e os programas de incentivo a longo prazo de ações restritas, (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 56.357).

d. Custo com emissão de ações

Os custos com emissão de ações representam os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital no montante de R\$ 18.448 em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

e. Ações em Tesouraria

O saldo das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 1.688.687 no valor total de R\$ 15.056 (em 31 de dezembro de 2019 - 2.278.422 ações no valor total de R\$ 20.287), composto pelo custo das ações canceladas no montante de R\$ 557, o valor da recompra das ações em 2015 no montante de R\$ 19.777, a alienação de ações no montante de R\$ 47 e o pagamento do programa de incentivo de longo prazo – ILP 2018 no montante de R\$ 5.231 (vide nota explicativa 20.d)

26 Resultado por ação

a. Básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(4.747)	(44.980)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.493	198.678
Prejuízo básico por ação provenientes das operações continuadas	(0,02)	(0,23)

b. Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>Controladora e Consolidado (*)</u>	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade	(4.747)	(44.980)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (milhares)	207.493	198.678
Prejuízo diluído por ação provenientes das operações continuadas	(0,02)	(0,23)

(*) As opções de ações não causaram efeito no cálculo acima em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 por conta das ações ordinárias potenciais serem antidiluidoras.

27 Receita líquida de locação, vendas e serviços

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	Controladora		Consolidado (*)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Locação	397.472	291.702	498.759	428.584
Vendas de novos	11.010	14.778	22.525	26.243
Venda de seminovos	21.023	9.321	32.502	16.917
Venda de seminovos (outros)	1.752	12.178	1.875	12.189
Assistência técnica	4.191	8.069	9.942	8.052
Indenizações	13.329	11.770	13.329	11.770
Outros (i)	8.669	6.622	10.109	6.622
Total receita bruta	457.446	354.440	589.041	510.377
Impostos sobre vendas e serviços	(39.433)	(31.324)	(51.885)	(46.975)
Cancelamentos e descontos	(17.874)	(17.586)	(30.817)	(23.937)
	400.139	305.530	506.339	439.465

(i) Refere-se a receita com recuperação de despesas de equipamentos ou máquinas danificados pelo locatário (cliente).

28 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados e despesas com vendas, gerais e administrativas (por natureza)

Os custos dos produtos vendidos e de serviços prestados (CPV), referem-se principalmente a gastos com:

- (i) Pessoal para supervisão das obras, assistência técnica, montagem, movimentação, manutenção de equipamentos e projetistas;
- (ii) Fretes de transporte de equipamentos, quando de responsabilidade da Companhia e de transferência de equipamentos;
- (iii) Aluguel de equipamentos de terceiros;
- (iv) Gastos relacionados diretamente à administração do depósito, estocagem, movimentação e manutenção dos ativos de locação e de revenda, contemplando despesas com EPIs usados nas atividades operacionais (movimentação, estocagem e manutenção), insumos (gás de empilhadeira, gases para solda, compensados, tintas, sarrafos de madeira, dentre outros) e manutenção de máquinas e equipamentos (empilhadeiras, máquinas de solda, hidrojateadoras, talhas e ferramentas em geral);
- (v) Provisões para estoques de giro lento e para redução ao valor recuperável, conforme notas explicativas 8 e 13, respectivamente ;

As despesas com vendas, gerais e administrativas referem-se a despesas correntes, tais como salários, benefícios, viagens, representações dos diversos departamentos, incluindo Comercial, Marketing, Engenharia e departamentos do *backoffice* administrativo, como RH e Financeiro e Relações com Investidores; além das despesas patrimoniais da matriz e diversas filiais (aluguéis, taxas, segurança e conservação e limpeza, principalmente); provisões para programas de *stock options*, provisões para contingências e alguns desembolsos de caráter não permanente.

Controladora

Natureza	2020			2019		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(45.755)	(62.605)	(108.360)	(43.939)	(52.238)	(96.177)
Terceiros	(1.807)	(24.910)	(26.717)	(2.399)	(26.559)	(28.958)
Frete	(12.537)	(1.690)	(14.227)	(9.885)	(1.083)	(10.968)
Material construção/manutenção e reparo	(54.971)	(4.459)	(59.430)	(36.037)	(3.731)	(39.768)
Aluguel de equipamentos e outros	(18.357)	(1.320)	(19.677)	(3.760)	(1.149)	(4.909)
Viagem	(3.308)	(2.539)	(5.847)	(4.028)	(3.294)	(7.322)
Custo das mercadorias vendidas	(6.549)	-	(6.549)	(8.488)	-	(8.488)
Depreciação/Amortização	(99.586)	(23.127)	(122.713)	(103.967)	(23.168)	(127.135)
Baixa de ativos	(18.061)	487	(17.574)	(5.943)	(3.142)	(9.085)
Custo de venda com seminovos - outros	(643)	-	(643)	(5.892)	-	(5.892)
Plano de ações	-	(3.437)	(3.437)	-	(4.195)	(4.195)
Provisões	-	(877)	(877)	-	(2.075)	(2.075)
Participação nos resultados	-	(5.735)	(5.735)	-	(4.555)	(4.555)
Outros	(890)	(614)	(1.504)	4.339	(13.495)	(9.156)
	<u>(262.464)</u>	<u>(130.826)</u>	<u>(393.290)</u>	<u>(219.999)</u>	<u>(138.684)</u>	<u>(358.683)</u>

Consolidado

Natureza	2020			2019		
	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total	Custos diretos obras e locação	Despesas gerais e administrativas e outras	Total
Pessoal	(56.052)	(76.738)	(132.790)	(58.544)	(66.791)	(125.335)
Terceiros	(2.261)	(32.584)	(34.845)	(2.889)	(32.721)	(35.610)
Frete	(16.651)	(2.140)	(18.791)	(12.136)	(3.974)	(16.110)
Material construção/manutenção e reparo	(70.593)	(6.336)	(76.929)	(53.938)	(5.469)	(59.407)
Aluguel de equipamentos e outros	(670)	(1.741)	(2.411)	(580)	(2.064)	(2.644)
Viagem	(4.773)	(3.559)	(8.332)	(5.149)	(4.879)	(10.028)
Custo das mercadorias vendidas	(11.712)	-	(11.712)	(14.098)	-	(14.098)
Depreciação/Amortização	(122.237)	(28.101)	(150.338)	(127.465)	(34.802)	(162.267)
Baixa de ativos	(19.999)	487	(19.512)	(6.182)	(3.142)	(9.324)
Custo de venda com seminovos - outros	(995)	-	(995)	(5.899)	-	(5.899)
Plano de ações	-	(3.437)	(3.437)	-	(4.195)	(4.195)
Provisões	-	(2.314)	(2.314)	-	(3.175)	(3.175)
Participação nos resultados	-	(6.576)	(6.576)	-	(9.183)	(9.183)
Outros	(972)	(22.220)	(23.192)	4.387	(18.080)	(13.693)
Total	(306.915)	(185.259)	(492.174)	(282.493)	(188.475)	(470.968)

29 Receitas e despesas financeiras

a. Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas de juros	2.049	2.082	2.944	3.201
Receitas de aplicação financeira	4.282	6.513	6.072	7.906
Descontos obtidos	358	173	592	203
Variação cambial e monetária ativa	889	816	2.142	2.399
Outras	-	-	2.403	208
	<u>7.578</u>	<u>9.584</u>	<u>14.153</u>	<u>13.917</u>

b. Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Juros - empréstimos	(981)	(1.422)	(1.418)	(2.299)
Variações cambiais e monetárias passivas	(2.553)	(2.561)	(6.015)	(4.173)
Juros - debêntures	(7.129)	(11.634)	(8.757)	(13.438)
Comissões e tarifas bancárias	(309)	(277)	(1.465)	(684)
IOF	(17)	(12)	(84)	(31)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	(4.366)	(5.062)	(4.536)	(4.869)
Outras	(1.154)	(1.282)	(2.818)	(2.479)
	<u>(16.509)</u>	<u>(22.250)</u>	<u>(25.093)</u>	<u>(27.973)</u>

30 Resultado por segmento de negócio

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da Companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela Administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro antes do resultado financeiro e impostos de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A Administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia, visando a obter ganhos de sinergia e maior produtividade, consolidou a gestão comercial das unidades de negócio Infraestrutura e Edificações. O resultado dessa consolidação foi a criação da nova unidade de negócio Construção. A partir dessa data, as informações por segmento passaram a ser apresentadas seguindo essa nova estrutura.

a. Unidade de negócio Construção

A unidade de negócio Construção atua no mercado de grandes obras e no fornecimento de formas, escoramentos, equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes, sendo este fornecimento destinado ao segmento de construções residenciais e comerciais, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil, além de possuir o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança, fornecendo orientação técnica e auxiliando no planejamento de obras, no detalhamento de projetos e na supervisão de montagem.

b. Unidade de negócio Rental

A unidade de negócio Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança, e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (organização sem fins lucrativos que promove o uso seguro e eficaz de equipamentos de acesso aéreo em todo o mundo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico por meio de profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que as descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida	84.095	81.948	316.044	223.598	-	(16)	400.139	305.530
(-) Custos	(43.814)	(41.541)	(119.064)	(74.491)	-	-	(162.878)	(116.032)
(-) Despesas	(31.513)	(42.484)	(75.544)	(72.523)	(642)	(1.275)	(107.699)	(116.282)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	7.549	(4.915)	(7.956)	(3.884)	-	-	(407)	(8.799)
(-) Depreciação e amortização	(47.610)	(53.060)	(75.103)	(74.075)	-	-	(122.713)	(127.135)
(+) Outras receitas	522	858	527	662	-	75	1.049	1.595
(-) Perdas estimadas por valor não recuperável	(151)	-	-	-	-	-	(151)	-
(+) Resultado de equivalência patrimonial	-	-	28	9.434	-	-	28	9.434
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	<u>(30.922)</u>	<u>(59.194)</u>	<u>38.932</u>	<u>8.721</u>	<u>(642)</u>	<u>(1.216)</u>	<u>7.368</u>	<u>(51.689)</u>
Receita financeira	4.192	5.075	3.374	4.415	12	94	7.578	9.584
Despesa financeira	(7.816)	(11.129)	(8.306)	(10.651)	(387)	(470)	(16.509)	(22.250)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	<u>(34.546)</u>	<u>(65.248)</u>	<u>34.000</u>	<u>2.485</u>	<u>(1.017)</u>	<u>(1.592)</u>	<u>(1.563)</u>	<u>(64.355)</u>
(-) IRPJ/CSLL	<u>11.746</u>	<u>15.449</u>	<u>(15.292)</u>	<u>3.550</u>	<u>362</u>	<u>376</u>	<u>(3.184)</u>	<u>19.375</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u><u>(22.800)</u></u>	<u><u>(49.799)</u></u>	<u><u>18.708</u></u>	<u><u>6.035</u></u>	<u><u>(655)</u></u>	<u><u>(1.216)</u></u>	<u><u>(4.747)</u></u>	<u><u>(44.980)</u></u>

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	84.095	81.948	422.244	357.533	-	(16)	506.339	439.465
(-) Custos	(43.814)	(41.541)	(140.864)	(113.509)	-	-	(184.678)	(155.050)
(-) Despesas	(31.513)	(42.484)	(125.003)	(110.680)	(642)	(1.275)	(157.158)	(154.439)
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	7.549	(4.915)	(10.696)	(6.559)	-	-	(3.147)	(11.474)
(-) Depreciação e amortização	(47.610)	(53.060)	(102.728)	(109.185)	-	-	(150.338)	(162.245)
(+) Outras receitas	522	858	2.145	(179)	-	75	2.667	754
(-) Perdas estimadas por valor não recuperável	(151)						(151)	
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	<u>(30.922)</u>	<u>(59.194)</u>	<u>45.098</u>	<u>17.421</u>	<u>(642)</u>	<u>(1.216)</u>	<u>13.534</u>	<u>(42.989)</u>
Receita financeira	4.192	5.075	9.949	8.749	12	94	14.153	13.918
Despesa financeira	(7.816)	(11.129)	(16.890)	(16.374)	(387)	(470)	(25.093)	(27.973)
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	<u>(34.546)</u>	<u>(65.248)</u>	<u>38.157</u>	<u>9.796</u>	<u>(1.017)</u>	<u>(1.592)</u>	<u>2.594</u>	<u>(57.044)</u>
(-) IRPJ/CSLL	11.746	15.449	(19.449)	(3.761)	362	376	(7.341)	12.064
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(22.800)</u>	<u>(49.799)</u>	<u>18.708</u>	<u>6.035</u>	<u>(655)</u>	<u>(1.216)</u>	<u>(4.747)</u>	<u>(44.980)</u>

Ativo por segmento de negócio

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Controladora</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado								
Custo de aquisição	435.022	458.877	1.032.395	718.522	-	-	1.467.417	1.177.399
(-) Depreciação acumulada	<u>(332.826)</u>	<u>(308.260)</u>	<u>(750.011)</u>	<u>(471.348)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.082.837)</u>	<u>(779.608)</u>
	102.196	150.617	282.384	247.174	-	-	384.580	397.791
Outros ativos	<u>309.925</u>	<u>214.391</u>	<u>710.489</u>	<u>674.178</u>	<u>27.703</u>	<u>26.452</u>	<u>1.048.117</u>	<u>915.021</u>
Ativo total	<u>412.121</u>	<u>365.008</u>	<u>992.873</u>	<u>921.352</u>	<u>27.703</u>	<u>26.452</u>	<u>1.432.697</u>	<u>1.312.812</u>

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2020*

	<u>Construção</u>		<u>Rental</u>		<u>Outros(*)</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imobilizado								
Custo de aquisição	435.022	458.877	1.179.144	1.197.367	-	-	1.614.166	1.656.244
(-) Depreciação acumulada	<u>(332.826)</u>	<u>(308.260)</u>	<u>(841.457)</u>	<u>(771.412)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.174.283)</u>	<u>(1.079.672)</u>
	102.196	150.617	337.687	425.955	-	-	439.883	576.572
Outros ativos	<u>309.925</u>	<u>214.391</u>	<u>697.881</u>	<u>558.481</u>	<u>27.703</u>	<u>26.452</u>	<u>1.035.509</u>	<u>799.323</u>
Ativo total	<u>412.121</u>	<u>365.008</u>	<u>1.035.568</u>	<u>984.436</u>	<u>27.703</u>	<u>26.452</u>	<u>1.475.392</u>	<u>1.375.895</u>

(*) Trata-se de operações remanescentes das antigas unidades de negócio Serviços Industriais e Eventos.

31 Instrumentos financeiros

31.1 Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Classificação	Nível	Valor contábil Controladora		Valor contábil Consolidado	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	1	285.993	73.656	378.905	124.910
Swap	Valor justo por meio de resultado	1	-	-	808	43
Investimento Rohr	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3	39.341	50.579	39.341	50.579
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	82.478	68.005	100.374	116.803
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.410	1.451	-	-
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	2.545	4.547	10.214
Debêntures	Custo amortizado	-	181.484	56.367	203.115	81.343
Arrendamentos	Custo amortizado	-	55.615	53.176	56.330	58.655
Contas a pagar a terceiros	Custo amortizado	-	23.629	16.389	30.271	26.670
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	390	2.893	-	-
Planos de opções de ações	Custo amortizado	-	57.036	56.357	57.036	56.357

31.2 Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- **Nível 3** - inputs, para ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

a. Valor justo do caixa e equivalente de caixa

Equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras junto a instituições financeiras de primeira linha e são indexados à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI. Considerando que a taxa de CDI já reflete a posição do mercado interbancário, pressupõe-se que o valor das aplicações esteja próximo de seus valores justos.

b. Valor justo do Investimento Rohr

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um Investimento avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Investimento Rohr, registrado no montante de R\$ 39.341 (R\$ 50.579 em 31 de dezembro de 2019), conforme apresentado na nota explicativa 11.b. Esse instrumento financeiro é classificado no nível 3.

c. Valor justo dos Instrumentos financeiros derivativos

A Controlada contrata, em determinadas situações, instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

							<u>Consolidado</u>
							<u>31/12/2020</u>
	Referência em 2018	Direito a receber (ponta ativa)	Obrigação (ponta passiva)	Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Saldo swap
Banco do Brasil	8.678	Variação cambial + 7,75% a.a.	100% CDI+3,63%	13/08/2021	3.828	(3.019)	808

31.3 Instrumento financeiro ao custo amortizado

a. Empréstimos e financiamentos

Custo amortizado de ativo ou passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, quaisquer alterações na amortização ou juros e perdas no valor recuperável.

Os valores justos dos passivos financeiros, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

b. Debêntures

Dívida	Indicador	<u>Valor contábil Consolidado</u>	
		31/12/2020	31/12/2019
1ª emissão de debêntures – Solaris Equipamentos	CDI	21.631	24.976
2ª emissão de debêntures:			
2ª Série	IPCA	-	56.428
4ª emissão de debêntures	CDI	100.318	-
5ª emissão de debêntures	CDI	84.242	-
		<u>206.191</u>	<u>81.403</u>

32 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Riscos operacionais	1.628.285	1.339.943	2.299.610	2.219.677
Danos patrimoniais	429.946	480.642	488.598	613.678
Responsabilidade civil	110.000	110.000	110.500	110.500

33 Eventos subsequentes

33.1 Reduções de capital

Em 21 de janeiro de 2021, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Barcarena (PA), no valor de R\$ 1.600, passando o capital social dos atuais R\$ 133.348 para R\$ 131.748.

Em 25 de janeiro de 2021, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Vila Olímpia (SP), no valor de R\$ 424, passando o capital social dos atuais R\$ 131.748 para R\$ 131.324.

Em 22 de fevereiro de 2021, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital da Solaris, na filial Macaé (RJ), no valor de R\$ 5.416, passando o capital social dos atuais R\$ 131.324 para R\$ 125.908.

33.2 Contribuição Previdenciária sobre 1/3 de férias

A Companhia foi notificada pelo TRF/2 em 18 de fevereiro de 2021, a recolher em 30 dias, o INSS sobre 1/3 de férias, em função de decisão do Supremo Tribunal Federal em outubro de 2020, que considerou a referida verba com incidência de INSS. Desde outubro de 2020 a Companhia já recolhe INSS sobre 1/3 de férias.

A decisão do Supremo Tribunal Federal ainda não foi modulada, ou seja, o referido Tribunal não decidiu se a mesma valerá apenas após a decisão, ou se retroagirá. Como medida de mitigação de risco e visando aproveitar a não incidência de multa para o pagamento dessa eventual contingência no prazo de 30 dias, a Companhia optou por efetuar o pagamento do montante de R\$ 3.390, que representa o valor atualizado desde setembro de 2013, quando ingressou com a ação para suspender o pagamento, até setembro de 2020, mês anterior à decisão do Supremo Tribunal Federal no prazo legal. Caso a modulação seja favorável aos contribuintes e não retroaja, a Companhia poderá solicitar o ressarcimento ou compensação do valor pago com os débitos futuros de INSS ou outro tributo federal.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2020.

Rio de Janeiro 17 de março de 2021.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2020.

Rio de Janeiro 17 de março de 2021.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF N.º 27.093.558/0001-15
NIRE 33.3.0028974-7
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2021.

ANEXO I

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Companhia"), no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 17 de março de 2021, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e com base nos exames efetuados e no parecer, sem quaisquer ressalvas, dos Auditores Independentes relativo a tais Demonstrações Financeiras, emitido em 17 de março de 2021, e, ainda, as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia ao longo do exercício, os membros do presente órgão decidiram, por unanimidade, opinar favoravelmente acerca dos documentos referentes ao exercício de 2020, mencionados anteriormente, sem qualquer ressalva ou restrição, indicando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária da Companhia para os devidos fins de direito.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021.

Membros do Conselho Fiscal:

Rubens Branco da Silva

Rodrigo Fagundes Rangel

Peter Edward Cortes Mardsen
Wilson